

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO

Camila Santos Pereira

ESCREVIVÊNCIAS DE UMA ESTUDANTE NEGRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Porto Alegre

2021

Camila Santos Pereira

Escrevivências de uma estudante negra de Ciências Sociais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação em Ciências Sociais como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Garcia de Mello

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Camila Santos
Escrevivências de uma estudante negra de Ciências
Sociais / Camila Santos Pereira. -- 2021.
50 f.
Orientadora: Luciana Garcia de Mello.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Escrevivência. 2. Cientista Social. 3. Ensino
Superior. 4. Autoetnografia. I. de Mello, Luciana
Garcia, orient. II. Título.

Camila Santos Pereira

Escrevivências de uma estudante negra de Ciências Sociais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação em Ciências Sociais como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 28 de maio de 2021.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Luciana Garcia de Mello - Orientadora

Profª. Dra. Rochele Fellini Fachinetto (IFCH/UFRGS)

Ma. Geanine Vargas Escobar (CLLC/UA)

Agradecimentos

Este trabalho não representa apenas a conclusão de uma formação acadêmica, mas uma rede de apoio que tornou sua concretização possível.

Agradeço à minha família pelo suporte incondicional. À minha mãe, Raquel Cristina Pedroso dos Santos, especialmente, pelo tempo dedicado para que meus estudos fossem finalizados. Ao meu pai, José Luis Costa Pereira, pelas longas noites de trabalho para me proporcionar uma educação de qualidade.

Às minhas amigas e amigos que fazem parte da família que escolhi. Obrigada, Édna Paula Teixeira de Siqueira por me acompanhar nas aventuras, nas apresentações, no apreço pela docência, pelos abraços apertados. Obrigada, Leonardo Régis por ser minha companhia que me faz acreditar que podemos e estamos conquistando nosso espaço em um meio acadêmico eurocêntrico, racista e LGBTifóbico. Agradeço à Aline Moura, Caroline Sarmento, Priscila Cruz, Renata Borges, Dirce de Christo, Thainan Piuco colegas cientistas sociais que me inspiram e me acompanharam nessa trajetória. Agradeço também a Bárbara Becker, Liliana Dantas, Meirielen Souza, Diego Carrilho, Renan Vallejo, Ericson Sanceverino, Ana Moura, Kelly Soares, que me apoiaram durante essa caminhada. Obrigada, Anamaria Ladeira Pereira, por ler os primeiros rascunhos do texto e revisá-lo com muita dedicação.

Agradeço à minha orientadora, Luciana Garcia de Mello, pela orientação, realizada de forma remota, repleta de comentários valiosos e revisões indispensáveis para a conclusão da pesquisa.

RESUMO

Através das escrevivências, conceito criado por Conceição Evaristo, busca-se realizar uma pesquisa sobre a trajetória de estudante de Ciências Sociais da autora do Trabalho. Desse modo, integrar novos métodos, a partir de formulações e conceitos de mulheres negras, como Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, bell hooks, complementam o compromisso com a desconstrução dos paradigmas eurocêntricos e excludentes que, tradicionalmente, estruturam os estudos científicos. Aproxima-se, portanto, das teorias decoloniais, pós-críticas e do feminismo negro. A partir dessa premissa, surge um projeto e uma pesquisadora que urge para não sucumbir durante o momento histórico de pandemia em que o mundo se encontra. Em dez partes, são descritos os caminhos e aprendizados que tornaram realidade uma mulher negra entrar e permanecer em uma universidade pública, sendo a primeira da família a realizar esse feito. As contribuições desta produção fazem parte de um árduo trabalho de revisão e (re)invenção de trajetórias pessoais que ecoam nos arranjos cotidianos do campo social. Uma tarefa complexa e de imensa responsabilidade. Um projeto de escrita que convida para uma jornada de reflexão e compartilhamento guiada pela integridade intelectual. A seguir, experimentações de outras narrativas possíveis, reescritas com visitas particularmente dolorosas e, ao mesmo tempo, empoderadoras.

Palavras-chave: Escrevivência. Cientista Social. Ensino Superior. Autoetnografia.

ABSTRACT

Through *escrevivências*, a concept created by Conceição Evaristo, we seek to research on the trajectory of the author of this paper as a student of Social Sciences. In this way, integrating new methods, based on formulations and concepts of black women, such as Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro and bell hooks, complements the commitment to the deconstruction of Eurocentric and excluding paradigms that traditionally structure scientific studies. It approaches, therefore, decolonial, post-critical theories and black feminism. From this premise, a project and a researcher emerge urging not to succumb during the historical moment of the Covid-19 pandemic in which the world finds itself. In ten parts, the paths and learning experiences that made it possible for a black woman to enter and remain in a public university, being the first in her family to accomplish this feat, are described. The contributions of this production are part of a hard work of revision and (re)invention of personal trajectories that echo in the daily arrangements of the social field. A complex task of immense responsibility. A writing project that invites to a journey of reflection and sharing, guided by intellectual integrity. What follows are experimentations with other possible narratives, rewritten with particularly painful and, at the same time, empowering visits.

Keywords: *Escrevivência*. Social Scientist. Higher education. Autoethnography.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. PASSOS PESQUISADORES.....	7
3. INSTRUÇÕES.....	8
4. UM COMEÇO POSSÍVEL.....	11
5. POR QUE ESCREVO?.....	17
6. CONHECIMENTO É A CHAVE.....	20
7. UMA SESSÃO DE CINEMA FEMINISTA.....	23
8. UMA CARTA DE MOTIVAÇÃO.....	27
9. MARIELLE FRANCO: FORÇA, VIDA E INSPIRAÇÃO.....	30
10. PARA NÃO FINALIZAR.....	41
REFERÊNCIAS.....	42

1.INTRODUÇÃO

As Ciências Sociais se constituem como uma união de campos plurais do conhecimento. As principais áreas podem ser divididas entre a Ciência Política, Sociologia e Antropologia. Estas ramificações, por conseguinte, possuem históricos fundadores bem distintos, ou seja, seus estabelecimentos enquanto ciência apresentam uma gama diversa de disputas políticas. Observamos em muitos estudos que as origens da Ciência Política se entrelaçam com o estabelecimento da Filosofia Ocidental, principalmente da Grécia. Já para Sociologia e Antropologia, tratamos das influências nos estudos científicos dos novos arranjos sociais emergentes durante a Revolução Industrial do século XIX. Para cada área do saber, temos o surgimento de ferramentas metodológicas que a distinguem da outra, a observação participante, produção de formulários, etnografia, entrevistas etc., sendo as bases teóricas um dos pontos primordiais de distinção. No entanto, na contemporaneidade, cada vez mais, se discute o quanto essa divisão pode ser limitante. Por que dispositivos capazes de contribuir com as análises sociais precisam estar enclausurados em apenas uma área científica? Se um dos grandes objetivos das Ciências Sociais encontra-se na elaboração de inferências, problematizações e desnaturalização dos fenômenos sociais, por que limitar, por exemplo, a etnografia apenas para o campo da Antropologia? Descrever a história das Ciências Sociais não representa um dos objetivos deste trabalho, contudo, seguimos a inspiração da diversidade e singularidade que suas trajetórias teórico-metodológicas nos convidam a propor.

Em vista de realizar uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Sociais, portanto, uma produção que, de alguma forma, represente anos de formação, uma proposta precisa ser feita. Surge, assim, um projeto e uma pesquisadora que urgem para não sucumbir durante o momento histórico de pandemia em que o mundo se encontra. Os primeiros casos de Covid-19 foram encontrados no final do ano de 2019. Em cerca de meses, tratávamos de uma pandemia que matava e continua matando milhares. O governo, todavia, de agenciamento dessas mortes é inegável, não tratamos apenas de um vírus, mas também de governantes parasitas. No Brasil, a tragédia já se anunciava quando no cargo político mais importante temos Jair Messias Bolsonaro, que antes mesmo de assumir a posição já proclamava seu desprezo por grupos subalternizados. Inclusive, o presidente detém condenações judiciais acerca de suas falas racistas, homofóbicas e machistas (DEISTER, 2019). Ao se defrontar com um vírus de fácil propagação, de significativa incidência prejudicial no corpo e que já detinha números expressivos de vítimas letais, o representante

do executivo não levou a sério a gravidade do problema. Ele fez piadas e continua a desmerecer a gravidade de um país que já chegou a marca de mais de 3 mil mortes por dia e, em pouco mais de um ano da doença ser reconhecida no território nacional, temos o dado trágico de mais de trezentos e cinquenta mil óbitos (GULLINO, 2021). Tal cenário desolador nos obriga a buscar novas alternativas para manter a saúde mental e física em estado de resistência ao governo da morte que Bolsonaro nos proporciona. A falta de políticas públicas e assistência para remediar os danos causados pelo Covid-19 são exemplos do abandono governamental. A criação do Auxílio Emergencial em 2020, com seu valor inicial em seiscentos reais, foi concretizada após grande pressão da população e do poder Legislativo, inclusive, para o presidente, o valor deveria ser ainda menor, cerca de duzentos reais¹. A política se prolonga em 2021, com uma redução extrema do seu valor, girando em torno de cento e cinquenta até trezentos e setenta e cinco reais. Políticas públicas federais direcionadas para docentes e estudantes que não pararam de trabalhar e estudar, agora, de suas casas, não foram estabelecidas. Assim como medidas de assistência para famílias de baixa renda econômica com crianças e adolescentes em sua composição. A lista de negligências segue...

As medidas de distanciamento social são as mais eficazes para a não propagação do coronavírus, portanto, ficar em casa tornou-se uma decisão de preservação, não apenas da vida individual, mas também da coletiva. Nesse novo cenário, antigas desigualdades continuam imperando. “A doença atinge em especial os pobres, os negros e as mulheres ao redor do mundo. Isso se dá mesmo no interior de países ricos” (DAVIS; KLEIN, 2020, p.4). Sendo que, as mulheres negras podem ser consideradas as mais afetadas pelas condições impostas pela pandemia, seja pelo desemprego, condições de saúde e aumento da carga de trabalho doméstico (BARBOSA, 2020). Escrever pode significar uma distinção privilegiada que afasta quem não encontra outra saída a não ser desistir ou trancar sua formação durante esse período. Neste caso, não ter crianças pequenas em casa ou familiares que necessitam de assistência constante, possibilita a progressão deste trabalho de uma forma diferente.

Descrever as circunstâncias em que o trabalho é construído faz parte de um compromisso científico de enunciar o lugar de que se fala e o campo em que se insere. Principalmente, quando um dos objetivos do trabalho trata de problematizar, através de atravessamentos entre teoria e vivências, como uma mulher negra pode tornar-se estudante de Ciências Sociais, neste caso, quem escreve estas páginas.

¹ Para conferir mais informações sobre o histórico da implementação do Auxílio emergencial, acessar: <https://www.brasildefatopb.com.br/2020/09/04/voce-sabia-que-bolsonaro-foi-contra-o-auxilio-emergencial-entenda-mais>

2. PASSOS PESQUISADORES

Devido às regras de distanciamento social, andar pelas bibliotecas, visitar regiões longínquas para fazer estudos de campo, realizar entrevistas ou conversas presenciais não fazem mais parte da realidade do cotidiano de quem pesquisa. Analisando as (im)possibilidades, uma ideia ganha vida: produzir conhecimento a partir do processo de produção de conhecimento que o próprio curso de Ciências Sociais - Licenciatura me proporcionou. Desse modo, faço um convite para revisitar trabalhos e experiências sem esquecer do lugar que falo e das referências teóricas que me acompanham.²

A pergunta central do trabalho é: como me tornei uma estudante de Ciências Sociais? Investigar, na minha própria história, os caminhos que chegaram na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e nesse curso, é parte da proposta. Como metodologia, investimos na revisão bibliográfica, na escrevivência e também discorremos sobre autoetnografia, assim como na análise documental de arquivos que foram produzidos ao longo da graduação. O objetivo central encontra-se no estudo, por meio da escrevivência e base teórica comprometida com a desconstrução dos parâmetros sociais machistas, racistas e lgbtifóbicos, da minha trajetória enquanto estudante negra de Ciências Sociais. Outros objetivos também são: descrever acontecimentos significativos durante a jornada estudantil; buscar em documentos como cartas e provas, aproximações e distanciamentos das percepções atuais sobre a própria ciência; relatar, não apenas as dores do percurso, mas também as realizações prazerosas do caminho; formular análises críticas situadas em um compromisso com crescimento e desenvolvimento de práticas científicas antirracistas e envolvidas com o desmantelamento das desigualdades sociais.

Tal projeto demonstra a sua relevância ao revisitar os próprios passos de formação e produção de movimentos de estranhamento na longa estrada que se trilhou para chegar até aqui. Para um campo que propõe a problematização, iremos realizar esse exercício por meio da ambientação nele, assim, também trilhamos novas reflexões e quem sabe suscitamos novas alternativas dentro do próprio curso. (Re)pensar os processos didáticos a partir de dentro do próprio curso representa uma aposta de quem entende a capacidade e o potencial transformador que as Ciências Sociais produzem. As estratégias utilizadas no desenrolar da pesquisa não se enquadram nas mais tradicionais ou em divisões rígidas. Por exemplo, a

² Escolho utilizar a primeira pessoa do singular e do plural no decorrer do trabalho, em vista de apresentar inquietações que entendo que não são apenas individuais. Sendo assim, como apontou Lélia Gonzalez (2020, p.140): muitas vezes "não posso falar na primeira pessoa do singular de algo dolorosamente comum [...]".

revisão bibliográfica é apresentada no decorrer das práticas escrevíveis. Buscamos nas fugas e encontros novos discursos e uma leitura singular sobre ser uma futura cientista social negra. Revisitar para transformar.

3. INSTRUÇÕES

Este trabalho apresenta uma proposta audaciosa. Em meio às linhas, vírgulas, espaços e figuras, pretendo preenchê-lo com uma análise comprometida e crítica, a partir de uma revisão documental que percorre vivências pessoais da autora, uma mulher negra acadêmica, de sexualidade dissidente, entre tantos outros atravessamentos.

A autoetnografia é uma ferramenta das ciências sociais que evidencia as experiências pessoais e as percepções da pesquisadora como parte central da pesquisa. Esse é um modo, particularmente recente, de atuar nas práticas científicas, no entanto, seu fundamento teórico pode ser encontrado em reivindicações mais antigas. Denominada como tal em meados da década de 1970, seus símbolos podem ser encontrados em obras feministas, queer e de estudos negros, mesmo sem essa nomenclatura. Pois o que a caracteriza é o “reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa (recursos como memória, autobiografia e histórias de vida, por exemplo)” (SANTOS, 2017, p.219). Tal definição é fruto das colocações contundentes de grupos subalternizados e objetificados pelo campo científico. Essas novas práticas deslocam e direcionam a crítica para “aqueles que ocupam as posições de dominadores e são instituídos como auto-idênticos, não marcados, incorpóreos, não mediados, transcendentais, renascidos” (HARAWAY, 1995, p.27). Os estudos feministas possuem um papel fundamental em desestabilizar a objetividade irreal defendida por muitos cientistas, pois essa cobrança integra o processo de deslegitimar os conhecimentos de pessoas com identidades que antes eram inferiorizadas abertamente. A autoetnografia também conversa com as contribuições de intelectuais como Franz Fanon. Preocupado em suas obras em dissecar as redes do racismo na saúde mental das pessoas negras, também é capaz de transpor a legitimidade dessas discussões por meio de sentimentos e vivências próprias. Seus estudos na década de 1950 não passaram ilesos, sofreram pela sua abordagem única, transcendental e crítica de sua realidade racializada. Evidências que os brancos não poderiam suportar ou compreender. Infelizmente, são violências ainda experienciadas por muitas pessoas não brancas no meio acadêmico.

O trabalho leva o título de escrevivência em vista de ressaltar um conceito produzido

por uma intelectual negra brasileira e de inestimável importância nas produções literárias e acadêmicas contemporâneas. Leitura presenteada por Conceição Evaristo que trata da relação da escrita com a vivência, contato esse inseparável. Portanto, me aproprio da visão que “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas” (EVARISTO, 2017, p.11).

A relação com o conceito de escrevivências, que se busca estabelecer na pesquisa, indica um processo de fortalecimento epistemológico com os escritos de mulheres negras. A autora do termo, Conceição Evaristo, pontua que ele fala sobre "uma proposta em que tanto a memória como o cotidiano, como o que acontece aqui e agora, se transformam em escrita." (2020). Além disso, é fundamentado, mas não exclusivamente, na "autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande." (2020) No desenvolvimento de uma apropriação científica com os referenciais teóricos e de uma autoria que objetiva se (re)pensar no desenrolar da escrita, seguimos com as experimentações.

Conceição Evaristo é uma das autoras contemporâneas mais importantes do país, tendo diversos livros publicados, entre contos, romances e poesias. Sua escrita sensibilizou e sensibiliza diversas gerações de pessoas negras. Mesmo representando mais da metade da população nacional (PRUDENTE, 2020), pessoas negras ainda enfrentam representações discriminatórias e redutoras de suas vivências em diferentes mídias. Os escritos de Evaristo representam uma visibilidade e protagonismo que urge crescer em meio a uma sociedade fabricada para a nossa derrota. Ao integrar a escrevivência enquanto método de pesquisa, também insiro o trabalho em um diálogo, em especial, com os estudos feministas e decoloniais. Tratamos de produzir um movimento de desvinculação com uma ciência eurocêntrica e branca, cujos parâmetros de legitimidade e ascensão em diferentes campos, acaba por excluir corpos não brancos e dissidentes dos parâmetros da heteronormatividade e da cisnormatividade (YORK, 2018). Por exemplo, quantas travestis já foram nossas professoras? Quantas mulheres negras são professoras dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil? Não ter a inserção dessas pessoas em posições que realizam decisões estruturantes, ou seja, nos cargos de coordenação de agências de pesquisa, universidades etc, traduz desigualdades sociais que silenciam determinadas vivências e que não reconhecem a produção de conhecimento de comunidades plurais, além do governo sobre as mortes de vidas subalternizadas. O que Achille Mbembe chamou de necropolítica (2017). A partir desse cenário, investir em uma perspectiva escrevivente também é uma aposta para exercitar não ser mais um corpo apropriado como objeto pelas Ciências Sociais, mas sim de ocupar o lugar de pesquisadora, de sujeito. Principalmente, porque, como Grada Kilomba

pontua

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas, que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. (KILOMBA, 2019, p.51)

O termo *escrevivência* nasce no seio da literatura e como parte da discussão entre ficção e realidade. Dessa forma, apresentamos atravessamentos que orientam seus princípios no campo das Ciências Sociais. Como discutimos anteriormente, a *autoetnografia* é um conceito cada vez mais aprofundado pelo campo. No entanto, nesta produção, ao interpretar os marcadores sociais que simbolizam as vivências no lugar de pesquisadora e estudante de Ciências Sociais, é no ato de escrever que encontro abrigo para as articulações dos episódios que se seguem. Como uma mulher negra de sexualidade dissidente, nascida e criada na região Sul do Brasil, entre tantas outras encruzilhadas, converso com as palavras de Conceição Evaristo e de outras pessoas cujos esforços para aplicar a *escrevivência* no âmbito científico, embora recentes, crescem exponencialmente.

Nas leituras sobre a *escrevivência*, observamos que ela pode ser compreendida como uma relação de "(re)incluir o corpo do sujeito subalterno em sua própria história" (LEITE; NOLASCO, 2021, p.6). E nos segmentos que seguem, o objetivo é integrar-se ao conceito no sentido de fazer com que

sublinhar o que há de experiência, afeto e corporalidade sensível na prática teórico-crítica e nas dimensões performativas desta no âmbito pedagógico, longe de significar uma eliminação do caráter científico ou rebaixamento do rigor de tais práxis, evidencia o supremacismo branco como lugar de poder e soberania que estrutura de modo hierarquizado as políticas de fala e a produção de conhecimento no Ocidente. (SILVA, 2020, p.108)

Ao tratar dos entrelaçamentos entre as histórias de vida de mulheres negras com a Política de Assistência Social, Lissandra Vieira Soares e Paula Sandrine Machado (2017) dissertam sobre a produção da *escrevivência* por meio de um olhar da Psicologia. Concluindo assim, que "em tempos de intolerância e de profundos retrocessos quanto ao acesso a direitos fundamentais, as *escrevivências* despontam como uma metodologia e uma ética de pesquisa que aposta na escrita como forma de resistência." (p.117).

Ao seguir esses parâmetros, coloco neste texto não apenas minhas frases feitas e refeitas ou minhas provas e trabalhos acadêmicos, mas também meu corpo racializado, sentimentos e vulnerabilidades. Principalmente, encorajada pelo fato de que “a experiência é um conceito-chave no feminismo” (BRAH, 2006, p.359). Por isso, a autorreflexão das circulações em determinados meios sociais, encontros e caminhos percorridos são formas legítimas de produzir conhecimento. Sendo assim, a análise crítica sobre as construções

culturais que estabeleceram esses elos são uma constante. O intuito não é carregar esta produção com verdades, mas, em vez disso, trazer outros olhares para a dinâmica de desconstrução científica acerca de temas como o racismo e feminismo negro. É por meio destas posições que encontro uma maneira de me posicionar e contribuir para a crise das ciências hegemônicas, como uma forma de descolonização (CURIEL, 2014). Quero propor uma aventura de redescoberta, de revisão, na qual me comprometo em evidenciar frustrações e obstáculos impostos pelos processos colonizadores do saber, bem como as superações proporcionadas pelas lutas e o engajamento não apenas individual, mas também, necessariamente, coletivo. Assim como Gloria Anzaldúa, “no escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo” (ANZALDÚA, 2000, p.232). Por isso, faço um recorte para interpretar o campo social em que vivo e resisto. Será percorrida, nestas páginas, uma trajetória acadêmica recente, porém densa. Ao refletir sobre qual seria o melhor ponto de partida para descrevê-la, e dar início às caminhadas originárias deste texto, surgiram várias alternativas, as quais compartilharei a seguir.

4. UM COMEÇO POSSÍVEL

O melhor começo poderia ser a motivação inicial e o processo de recolhimento dos materiais para elaborar este texto. Revisitar produções passadas sempre me pareceu uma das apostas mais justas, reflexivas e instigantes da pesquisa social. Será que existe um tempo mínimo de contribuição para revisão de um trabalho teórico? Bom, se existe, nunca encontrei em nenhum dos manuais clássicos sobre o tema. Mesmo se houvesse, não seriam os manuais condensados e rígidos que iriam impedir uma pesquisa propositiva, dançante e questionadora de criar vida. Por isso, as novas apostas dos estudos antropológicos decoloniais, queer e de feministas negras, nos possibilitam expandir a imaginação e tensionar as práticas antigas e ocidentais de fabricar conhecimento científico. Os movimentos feministas comprovam, há décadas, que o pessoal também é político, sendo assim, minhas prateleiras entram na dança para analisar quais são os papéis e as construções fundamentais para distinguir as posições ocupadas por mim nestes campos de disputas de saberes.

Ao entrar em um cômodo cheio de objetos aleatórios, como máquina de cortar grama, flores artificiais, DVD's antigos, ursos de pelúcia e fantasias de carnaval, aumentou, significativamente, o desejo de vasculhar e encontrar os vestígios documentais que me atravessaram e fundamentaram meu percurso como estudante e agora profissional formada. Um armário vermelho, de ferro, com cerca de dois metros, pouco revisitado e as mãos sujas de poeira são alguns dos elementos que compõem o cenário inicial dessa pesquisa. Como sou

professora, trabalhos e materiais didáticos das mais diversas cores, enclausurados por alguns anos, trazem memórias repletas de risadas, noites acompanhadas de queimaduras de cola quente, ideias mirabolantes de última hora, mensagens de carinho e desenhos de canetinha e giz de cera feitos por crianças com um carinho imenso por sua jovem professora. Grandes nomes como Margaret Mead, Anísio Teixeira, Gaston Bachelard, estavam lá, confinados, juntos com meus pensamentos e diálogos a lápis e à caneta, nas cópias dos polígrafos pagas com muito custo. Chegou o momento de revisitá-los, de olhar os conceitos que (des)aprendi, talvez pela falta do uso nas escritas do presente, e também estabelecer as desnaturalizações e as novas aquisições epistêmicas. Por exemplo, poder vislumbrar os escritos de Pierre Bourdieu e notar o meu aumento de referências sobre as disputas de (re)conhecimento cultural no ambiente escolar. Hoje, encontro em autoras como bell hooks, em *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (2013), teorias sobre o sentimento de comunidade e exclusão que a escola pode impulsionar e criar. Principalmente porque a intelectual reconhece que “a sala de aula continua sendo o espaço que oferece as possibilidades mais radicais na academia.” (hooks, 2013, p.23). Para os manuais universalizantes que desenhavam um homem branco como pesquisador, cuja sombra ainda me persegue, eu, mulher preta, desafio e explico: também faço pesquisa e todas essas recomendações não são para uma pesquisadora como eu. Existem outras implicações nas produções que muitos livros não são capazes de abranger, principalmente, por serem baseados em viseiras colonizadas. Nas longas páginas de provas, percebo um crescimento através dos exemplos e das referências que agora utilizo e também me constituem. No rio de apostilas feitas com os textos dos cronogramas das primeiras disciplinas, encontro muitas cores marcando frases essenciais para o seu entendimento, mas também várias incompreendidas. Nessa busca e reformulação, me encontro e exponho novos diálogos possíveis com uma formação institucional que priorizou o conhecimento eurocêntrico e masculino, deixando de olhar para o potencial das mentes do próprio país e continente.

Outro começo possível seria retratar as preparações para iniciar um curso superior em uma universidade pública federal, tornando-me, assim, a primeira da família a realizar esse feito. Aqui, apresento o início de uma história comum para milhares de pessoas negras, que em um aumento expressivo, na última década, também passaram a ocupar um espaço de direito em instituições do Ensino Superior público. Principalmente, devido às políticas de ações afirmativas, implementadas, gradativamente, desde 2003, até a decisão federal de sua instauração em todo território nacional, em 2012. Segundo pesquisa a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o site Quero Bolsa investigou que entre

“2010 e 2019 - o número de alunos negros no ensino superior cresceu quase 400%. Os negros chegaram a 38,15% do total de matriculados” (COSTA, 2020, p.1). No entanto, ainda mostra uma grande disparidade em relação ao total da população nacional, já que cerca de 54% é composta por pessoas negras (PRUDENTE, 2020). O racismo estrutural é um dispositivo excludente e estruturante do acesso ao ensino, marcando a trajetória de milhões de vidas, contudo, as relações nos campos sociais e na construção singular das subjetividades configuram-se de formas diferentes. Compreendo, portanto, que os lugares de origem, estrutura familiar, gênero, sexualidade, entre tantos outros marcadores sociais, mudam a maneira com que cada indivíduo irá se relacionar com a educação e como o lado de dentro dos muros das instituições de ensino irá atender essas pessoas.

Como a primeira da família e sem muitas referências no bairro, o medo e a insegurança eram latentes nos dias anteriores ao início do semestre. Que nesse caso, não seria apenas como estudante de graduação, mas também daria início ao estágio final do curso normal, magistério. No mesmo dia em que assumi uma nova posição como aluna, também me conheci como professora de uma turma do terceiro ano do ensino fundamental. Essas experiências simultâneas resultaram em inúmeras viagens de ônibus entre dois municípios, a capital e uma cidade-dormitório. Despesas significativas em, pelo menos, seis viagens por dia. Antes de embarcar nesse cotidiano atarefado, pensei na importância que seria começar com o pé direito. Naquela época, significaria ter um cuidado especial com o cabelo, que depois de muitas progressivas, ele e eu, sentíamos a exaustão antiga em passar horas sob efeito de queimaduras e produtos químicos fortíssimos. O alisamento completo da raiz durava menos de um mês, logo, teria que voltar a atá-lo em amarrações e coques estáticos. Mesmo depois de tomar a decisão de alisar mais uma vez para ingressar nas novas etapas, um cabelo que, há muitos anos, eu não conhecia e aprisionava, sabia que aquela seria a última. Mesmo com a escassez das referências negras e feministas, vislumbrava à distância, o cabelo como um motivo de orgulho. No entanto, a busca adolescente por discursos diferentes dos hegemônicos estava confinada na decisão de não saber o que fazer ou como valorizar os fios crespos independentes e desconhecidos. Nos dois ambientes em que dedicava a maior parte do tempo diário, os fios lisos foram colocados à prova. Na universidade, em uma das aulas de Antropologia ou Sociologia, entrou em pauta a discussão sobre os efeitos do racismo. Uma colega negra, formando comigo o conjunto de mulheres negras em uma turma de quase vinte estudantes, deu o exemplo do cabelo como um reflexo do silenciamento racista no país, seus cachos eram trançados e cintilantes. Depois daquela colocação, me senti dissecada, o centro dos olhares, talvez paranoia, mas me senti ali, exposta como um produto clássico do racismo

no Brasil, com aqueles cabelos alisados e olhar desconcertado. Questionei internamente, como alguém levaria a sério meus posicionamentos em sala de aula sendo eu “uma representação ambulante de um processo colonizador”? Como professora, também passei por um episódio desafiador, em um dos momentos em que estava corrigindo alguns cadernos, uma aluna se aproximou da mesa e enunciou o quanto o meu cabelo era bonito e gostaria de um dia ter o seu igual. Uma estudante negra de onze anos, com cabelos crespos longos, volumosos e castanhos claros, me lança o que seria um elogio, mas me acertou como um aperto violento no peito, carregado de arrependimento por ter sentado naquela cadeira do salão de beleza por mais uma vez, inclusive, sabendo que aquela ação não refletia mais quem eu era. Naquele momento, mesmo dizendo o quanto seu cabelo era bonito e que ela não deveria passar por aquele processo, minhas palavras não correspondiam com o que eu representava. A docente com a pele negra, cabelos crespos alisados era uma demonstração da rejeição que aquela criança estava fazendo, que as revistas, a televisão, os filmes, ensinam como características inferiores. Hoje, depois de seis anos sem realizar uma escova progressiva, entendo a importância da estética para a cultura, saúde mental e física das pessoas negras. Audre Lorde (2009), em uma viagem ao Caribe, nos meados dos anos 80, tem sua entrada barrada por outra mulher negra no aeroporto, devido aos seus *locks* crescidos naturalmente, nos pergunta, *Is your hair still political?*, ou seja, “O seu cabelo ainda é político?”. Já no século XXI, aventuro-me em responder que sim, o cabelo afro ainda é político. Os reforços positivos são necessários, principalmente, para as mulheres negras fugirem dos sentimentos de menosprezo e desvalorização impostos por diferentes veículos e mercados capitalistas eurocêntricos. O foco deve ser na desconstrução dos parâmetros de exclusão e de diminuição da nossa autoestima. Valorizar e enaltecer a nós mesmas deve ser a saída para os vazios e anseios da contínua descoberta de si.

Discutindo momentos iniciais possíveis, as primeiras lembranças em relação ao acesso à Universidade são elucidativas. Em um domingo de verão quente e bonito, minha mãe diz algo do tipo: agora vai ficar mais difícil para ti entrar na faculdade, estão querendo acabar com as tuas alternativas. Acredito que na época tinha um pouco mais de dez anos e aquela fala inesperada me entristeceu de uma forma abrupta. Foi como se os planos que ainda não tinha feito ou vislumbrado fossem sequestrados do horizonte. Aquela fala me abalou de tal forma que sequer me lembro de questioná-la mais a fundo, mas quando perguntei o porquê lembro de uma resposta relacionada à “nossa cor”. Aquela momento reverberou comigo durante toda a semana e, de alguma maneira, até os dias de hoje, em que reservo este espaço para revivê-lo novamente. No dia seguinte, em sala de aula, olhei fascinada para minha

turma. Era uma das poucas alunas negras em uma sala de escola particular. Passei o ensino fundamental contando, diariamente, quantas meninas negras havia na sala e quando uma das duas colegas ou as duas faltavam me sentia visada, sozinha. Em um instante olhei ao redor e um sentimento novo e pesado pulsava. Por que eu não teria oportunidades de cursar o ensino superior, mesmo com ótimas notas? Isso não seria justo, ser capaz de cursar uma faculdade, porém, pelas mazelas excludentes ainda desconhecidas com profundidade, ser impedida de conhecer outras realidades, sair da minha cidade e descobrir trânsitos novos. A sensação de injustiça predominou quando refleti que essa não seria a preocupação dos meus pares, a não ser das duas colegas negras e dos dois colegas negros. Será que sabiam ou se preocupavam com a exclusão que iríamos sofrer se desejássemos fazer uma faculdade? Será que sabiam desse ataque? Será que pensavam nisso? Nunca lhes perguntei. Estava isolada e percebia o peso da racismo institucional mesmo com pouquíssima idade e sem ferramentas para desvendá-lo. O assunto a que minha mãe estava se referindo eram as manifestações contrárias à implementação das ações afirmativas nas universidades públicas do país. Com todas as reivindicações, influência da mídia e de muitas entidades acadêmicas, a Lei 12.711 de 2012 foi promulgada, exigindo que as universidades estaduais e federais aderissem obrigatoriamente ao sistema de reserva de vagas para estudantes negros, pardos e indígenas e também oriundos de escola pública (BRASIL, 2012). A segurança dessa política pública não apagou o sentimento de ter que trabalhar o dobro ou o triplo para ser reconhecida e valorizada. Hoje, com mais do que o dobro da idade que eu tinha naquela época, esse sentimento ainda permanece. Em uma sala de graduação olhava ao meu redor e me fazia perguntas cujas respostas têm raízes racistas: por que eu não teria as mesmas oportunidades que essas pessoas? Por que preciso trabalhar, estudar, estagiar e ainda assim demonstrar que nada disso interfere no meu envolvimento e compreensão das longas páginas de polígrafos com uma linguagem rebuscada? Será que os colegas brancos sabem que nem todos que compartilham a matrícula na disciplina têm a mesma disponibilidade para realizar as leituras? Será que eles pensam no quanto os arranjos sociais e familiares estruturam aquela confiança irreverente perante uma sala de mais de trinta estudantes para declamar suas opiniões? Com o passar do tempo aprendi a fazer outras perguntas e a entender o lugar de fala em que me encontro para questionar o ímpeto branco hegemônico. Através dos compartilhamentos de vivências e aprendizados, minha mãe se reconhece como uma defensora das cotas, antes rejeitadas por ela, por causa do discurso dominante, intencionalmente racista, de que as ações afirmativas eram um atentado contra a igualdade. Junto com ela, reparto meus passos no universo acadêmico.

Talvez o melhor começo seja o dos primeiros dias. Por exemplo, as primeiras impressões no espaço da Universidade, ocupando o lugar como estudante, uma pessoa com número de matrícula e aprovação no processo do vestibular. A inscrição na reserva de vagas para estudantes negros e de baixa renda foi realizada com confiança e empoderamento. A surpresa no “dia do listão”, divulgação para o público das aprovações no vestibular, aconteceu quando a nota geral foi o suficiente para passar pelo acesso universal, ou seja, aquela vaga da reserva poderia ser utilizada por outra pessoa, o que representaria mais pessoas negras no curso. Nas primeiras semanas como estudante de Ciências Sociais - Licenciatura, mergulhei na magnitude de um campus grande, não apenas no sentido territorial, mas repleto de poder simbólico guardado e exposto pelas suas acomodações. As salas de aula que adentro são frias e afastadas do centro da cidade, rodeadas por árvores e plantas, cheias de motivos para estarem localizadas naquele espaço. Uma proposta bem articulada direcionou o Campus de Humanidades para quilômetros de distância do centro da cidade, ampliado em plena ditadura militar, sua localidade poderia ser uma ameaça iminente. Também não é à toa que haja brechas na parte superior das salas para sair o som, ou melhor, vigilar o que acontece dentro daqueles espaços “perigosos”, arquetizados com quatro paredes, mesas, cadeiras, um quadro e giz. Pelo menos, assim, docentes de várias disciplinas descreveram o prédio em questão. Confesso que assumo esse detalhamento como um bom início de conversa para caracterizar esse território de resistência, sofrimento e articulação que permearam minha vida por mais de cinco anos. Conseguia enxergar naquele lugar um potencial de aprendizagem nunca antes vivenciada. Realizei o ensino fundamental em uma escola privada na minha cidade, em que meus tênis cheios de barro, nos dias de chuva, demarcavam o assento exato em que estava, conseqüentemente, diferenciando quem ia de carro e quem ia a pé para a escola. Depois me matriculei no ensino normal, formação de professoras e professores, em uma escola estadual e na capital do estado. As viagens apertadas e longas de ônibus inspiraram um novo espírito condicionado de liberdade. Porém, foram aquelas paredes imponentes com cartazes reivindicatórios, cheios de humor e protesto, bibliotecas espalhadas por toda a extensão do campus, que viram sonhos tímidos ganhar vida. A persistência em seguir na carreira de professora elucida a vontade de representar uma prática docente diferente e imbuída de estratégias para enfrentar as lógicas racistas, heterocisnormativas que permearam minha circulação nessas instituições.

As táticas de (re)existir nos espaços acadêmicos é de longa data para as populações negras. Da mesma forma que, para Chimamanda Ngozi Adichie (2014), as obras de origem africana elucidaram uma representatividade e empoderamento em se reconhecer na

personagem que compartilhava seus traços, também possuímos uma longa estrada de intelectuais que (re)existiram nesse campo, há décadas e séculos, como por exemplo, Machado de Assis, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, entre outros nomes fundamentais. Essas pessoas negras e suas produções encorajam e inspiram a persistência e o combate dos obstáculos racializados pelas diretrizes educacionais. Infelizmente, no início dos preparativos, suas obras ainda não eram conhecidas por mim, com exceção de Machado de Assis, intelectual autodidata. No entanto, seus referenciais tornaram-se um pilar indispensável para continuar.

Uma série de começos apresenta um pouco do corpo pulsante abastecido de vida de quem vos fala. Para escrever e contar os emaranhados de um percurso ainda jovem e disposto a crescer, exponho as correntes enclausurantes, produzidas naquele que se intitula como o “Velho Mundo”. Grilhões (re)produzidos em todo território do continente americano, com novas tecnologias colonizadoras, afrontadas pelas contribuições e esforços, aqui expostos, de corpos e ativismo de pessoas negras e não brancas.

5. POR QUE ESCREVO?

A falta de fala durante as aulas foi uma consequência da saída direta do ensino médio, curso normal, para o nível superior, com pouca idade e marcadores subalternizados na pele. As leituras eram feitas, pontualmente, na maioria das vezes, em meio ao chacoalhar e freadas repentinas dos ônibus. O amarelo, o verde, o roxo e o rosa das canetas marca-textos, fixados nas folhas xerocadas, não bastavam para impulsionar uma explanação no decorrer das aulas. Depois de um ano, no trabalho como bolsista de extensão na área de direitos humanos, diversidade sexual, de gênero e raça, comecei encontros e ações transformadores. Aquele silêncio complacente mudou quando descobri o ícone antropológico, Lélia Gonzalez. Seu texto, *Racismo e sexismo na sociedade brasileira* (1984), foi sugerido como disparador do debate de uma reunião semanal do grupo. Sem conhecer a autora, me identifiquei com sua escrita a partir da primeira colocação: Cumé que a gente fica?

... Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. (GONZÁLES, 1984, p.223)

Pensei, era isso, a tradução das experiências naquela Universidade, uma verdadeira festa de brancos, gente boa, eles me deixavam entrar e sair em silêncio, sem nenhuma

restrição. Deveria cumprir o meu papel, não invadir o espaço daquelas pessoas viajadas, as quais muito mais teriam para falar da minha realidade do que eu mesma, já que, não tinha lido grandes pensadores, como Kafka, Nietzsche (“Nit”), ou viajado pela Europa e visto os maiores museus do mundo, etc. Eles convidaram a gente para festa, contando com mesas separadas e bocas fechadas. Assim como, as aulas eram preenchidas com leituras obrigatórias “brancocêntricas”, traçando uma separação intelectual e de vida, a cada contestação do cenário segregador, as respostas docentes apontavam as reivindicações como militantes e impertinentes para aquele ambiente.

Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. (GONZÁLES, 1984, p.223)

Sim, foram eles que fizeram a festa, foram eles que idealizaram as universidades no outro lado do oceano, há séculos atrás, em meados dos anos 1100 e 1200, na Europa (COLLINS, 2009). Nesses círculos, se mantém, até hoje, o pacto narcísico da branquitude, conforme Maria Aparecido Bento (2002) nos convoca a pensar. Uma estratégia eficaz de silenciamento e apagamento de pessoas negras e não brancas de lugares reconhecidos como relevantes para a produção de conhecimento, sendo assim, “este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo.” (BENTO, 2002, p.28). Retrato gritante dessa realidade observamos nos estudos de José Jorge de Carvalho. Ao investigar o corpo docente da Educação Superior nacional, segundo levantamento realizado entre 1999 e 2003, se deparou com realidades como no “Centro de Ciências da Saúde - CCS, da UFRJ, com cerca de 800 professores, dos quais apenas 3 são negros” (CARVALHO, 2007, p.34). Por conseguinte, conclui que

[...] a segregação racial no meio universitário jamais foi imposta no Brasil legalmente, mas a prática tem sido a realidade do nosso mundo acadêmico, por meio de mecanismos cujo próprio mundo acadêmico tem feito pouco para analisar e nos quais nem tem mostrado interesse, até recentemente, em desativá-los. (CARVALHO, 2007, p.34)

Por isso, como estudante negra, incorporar uma atitude contundente deixaria meu cotidiano ainda mais difícil, eu deveria ser educada, não interferir nas explanações cheias de esclarecimento, no sentido de clarear as ideias mesmo, precisaria tirar da mente minha

negritude, nem pensar nela. Porém, foi nessa personagem atrevida que fui representada com justiça, pela primeira vez, em um texto acadêmico. Quero ser como ela. Tem muita coisa errada nessas salas de aula, nesses eventos, na universidade, um dia vou pegar o microfone e denunciar, não importa a repercussão, não aguentava mais permanecer calada. Foram muitas viagens longas de ônibus, leituras feitas de forma precária, o medo palpitante de voltar para casa depois daqueles dez minutinhos de conversa em que um colega insistiu em contar suas experiências internacionais para toda turma, atrasando assim a chamada e fazendo com que perdesse o primeiro ônibus da volta para casa. Meu caminho de retorno era longo, muitas vezes divertido, as trajetórias compartilhadas com colegas eram nosso grande alívio do dia, momentos de rir e fazer piada daquela festa de branco em que éramos penetras cotidianamente. Enfim, também queria causar a desordem em uma ordem excludente e hipócrita.

Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora ta queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída”... (GONZÁLES, 1984, p.223)

Mesmo levando toda a culpa, ela provocou e deslocou aquelas mentes confortáveis em suas branquitudes inatingíveis. Assim, passei a reconhecer minhas potencialidades. Ficar calada não era mais uma opção, uma antropóloga, historiadora e intelectual negra tinha me convocado a não mais calar. Lélia Gonzalez tem uma importante contribuição na análise das relações sociais brasileiras, mesmo que não reconhecida como tal. Esse é um dos seus textos mais conhecidos e citados. Com uma linguagem crítica e espirituosa direta, imprimiu para milhares de pessoas um reconhecimento e escape nunca encontrados antes. Ao aprofundar as leituras, a indignação pela falta de reconhecimento de suas obras nas ciências sociais é incessante. Por exemplo, quando discute as relações étnicas/raciais do continente Americano e cria o conceito de *amefricanidade*, em A categoria político-cultural de amefricanidade (1988), visando contemplar as complexidades da identidade negra e indígena nas Américas. Um texto denso e repleto de referências pós-coloniais, no entanto, nunca chegou em nenhum plano de ensino da Antropologia, Sociologia, Ciência Política ou História dos meus cinco anos e meio de graduação. Esse apagamento caracteriza o racismo e sexismo nas ciências e instituições de ensino. Poderia também ser um reflexo da neurose cultural brasileira, pontuado pela própria autora. “O neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento”(GONZALEZ, 1984, p.232). A ausência de Lélia González nos

currículos é a prova da fuga do confronto da branquitude com os seus próprios privilégios. Como o branqueamento do pensamento ainda é negado pela maioria que ocupa as posições de poder de decisão, seguimos nos embates para o reconhecimento e participação na (re)criação das identidades subalternizadas, pois “no momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo”(GONZALEZ, 1984, p.232).

Gonzalez (1984) evidencia o debate sobre o que seria o lugar de fala de forma inovadora, ela descreve, nesse texto, um diálogo que termina com a famosa lógica racista: “preto quando não caga na entrada, caga na saída”. A intelectual analisa a desigualdade brasileira a partir dos efeitos do racismo e em particular como isso se reproduz no corpo das mulheres negras nas seguintes categorias: a mulata, a doméstica e a mãe preta. Com isso, ela também desconstrói o mito da democracia racial, criticando os autores tradicionais e também expondo os racismos de intelectuais conceituados por suas análises acerca da nossa sociedade. Seu espírito vanguarda inspira e desafia as premissas nas quais me debruço ao colocar em palavras meus percalços e reflexões. Ofereço uma modesta contribuição crítica sobre os dispositivos de ocultamento e opressão vivenciados neste país. Escrevo para me fazer visível, para bagunçar, porque “comecei a escrever por medo, insegurança de falar” (CARNEIRO, 2005, p.322). Porém, hoje, utilizo minha voz e escrita para compartilhar e aprender aquilo que foi sequestrado.

6. CONHECIMENTO É A CHAVE

O hábito da leitura ou a familiaridade com grandes pensadores como Sócrates e Platão não faziam parte da minha experiência de vida até minha entrada na Universidade. Foi nesse espaço que tive meu contato abrupto com a “disciplinaridade europeia” do conhecimento. Já nas primeiras lições aprendi sobre Aristóteles. Um filósofo que acreditava que o homem é um animal político. E possui esse rótulo a partir do conhecimento de sua racionalidade, ou seja, essa característica nos diferencia dos outros animais, a capacidade de pensar tendo como caminho natural a comunidade. Relacionar-se com sujeitos da mesma espécie seria orgânico. Para essas relações acontecerem de maneira civilizada, os governos e as leis seriam artificios estruturantes para todas pessoas. Porém, conforme vou me aprofundando em seus escritos, encontro colocações, no mínimo, inquietantes. Para o pensador grego, as mulheres seriam inferiores aos homens, tendo assim poder de decisão limitado pelo seu gênero. Como podemos observar em um trecho da obra *A política*: “entre os bárbaros, a mulher e o escravo se confundem na mesma classe. Isso acontece pelo fato de não lhes ter dado a natureza o instinto do mando, e de ser a união conjugal a de uma escrava com um senhor”

(ARISTÓTELES, 2011, p.2). Já os homens seriam os verdadeiros responsáveis pela família. Contudo, as mulheres eram consideradas seres livres, diferentemente das pessoas escravizadas. Estas teriam sua condição destinada, muitas vezes, desde o nascimento, como algo quase inerente ao indivíduo, pois seriam corpos com características próprias para o trabalho pesado. Assim como os animais, as pessoas escravizadas também tinham sua utilidade nas sociedades. Logo, essa distribuição social apresentaria muitos benefícios para a organização política de um território, visto que a estrutura funcionaria muito bem com pessoas livres e escravizadas, sendo que, esse seria um destino benéfico.

Aristóteles, filósofo grego, viveu entre 385 a.C até 323 a.C. Dessa forma, suas interpretações, muito bem conservadas pelas tradições científicas e filosóficas coloniais, possuem um lugar de respeito nos currículos de cursos de humanidades, mesmo com discursos contrários às principais linhas de pensamentos contemporâneas. Seus textos são ferozmente defendidos por retratarem uma diferente época e uma maneira de viver distinta. No entanto, como estudante negra ainda no início de sua formação, as justificativas e desculpas para a permanência de textos de autores brancos europeus com um viés racista e misógino tornaram-se elementos habituais. Não quero incitar a exclusão das grandes mentes arraigadas nas milhares de instituições e costumes questionáveis. A questão é que isso não é balanceado. Sim, precisamos saber das histórias de origem da ciência e do conhecimento social, no entanto, quando docentes não elegem Abdias do Nascimento para servir como base da discussão sobre o campo social nacional, é inadmissível não vislumbrar “os clássicos” com um olhar suspicaz. As posturas precisam mudar, não é sobre excluir fontes estruturantes, mas reconhecer o que elas estruturam e superá-las com o próprio avanço do conhecimento. Para isso acontecer, um sistema racista precisa ser alvo de desmantelamento.

A transformação no cenário opressor é sentida nas dificuldades de elaboração de desculpas para os homens brancos do século XXI. Talvez, por isso, as reações defensivas imediatas de tantos professores e pesquisadores em relação aos seus cânones análogos. À vista disso, ao contestar a homogeneidade das leituras e o viés seletivo docente, pessoas não brancas são infantilizadas e menosprezadas em suas colocações. Com isso, vivenciamos que “o racista nega esse quadro e, o que é pior, justifica-o. Ele combate de maneira ferrenha qualquer proposta tendente a modificar o status quo sociorracial, usando dos mais variados argumentos universalistas, integracionistas e republicanos” (MOORE, 2007, p.23). Essa é a tradução da branquitude, “ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais” (RIBEIRO, 2017, p.31). Quando nós, corpos lidos como abjetos, mulheres,

peças não brancas, peças LGBTI+, tensionamos essas lógicas, as estruturas brancas masculinizadas cobram uma tal de objetividade, ensinada pelas ciências a partir de um não-lugar inexistente. Na verdade, provocamos a responsabilização em determinadas relações de poder que constroem as materialidades nas vivências individuais.

“Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência (FANON, 2008, p. 125). Assim, nossas corporeidades trafegam pelos corredores e confinam-se por horas em um espaço fechado e impregnado por relações de poder que silenciam nossas vozes e apagam o legado de nossas antepassadas e antepassados. No entanto, essa não será a razão para desistir, mas sim combater. Mulheres como eu, vislumbram nas produções acadêmicas uma nova construção das histórias ancestrais de resistência e sobrevivências. Na obra, *Mulheres, raça e classe* (2016), Angela Davis nos apresenta alguns relatos de crianças negras em suas primeiras experiências com a escola formal, palavras carregadas de sentimentos densos:

[...] estudantes a quem foi feita a pergunta “sobre o que você *mais* pensa?” deram as seguintes respostas:

1. Nós [...] seremos bons meninos e, quando nos tornarmos homens, vamos livrar os pobres escravos do cativoiro. Fiquei triste em ouvir que o barco de Tiskilwa afundou com duzentos pobres escravos [...] dói tanto em meu coração que eu poderia desmaiar em um minuto. (Sete anos de idade)
2. [...] Estamos estudando para tentar arrebentar o jugo da escravidão e partir as correntes em pedaços para que a posse de escravos termine para sempre. (Doze anos) (DAVIS, 2016, p.112)

Este é o espírito carregado pelas peças negras, associar “o conhecimento à batalha coletiva de seu povo por liberdade” (DAVIS, 2016, p.112). Por isso que o meio acadêmico também é um ambiente potente de disputas, onde a circulação de financiamentos e reconhecimento intelectual afetam, diretamente, a nossa população. Temos nos campos científicos ferramentas de desconstrução dos sistemas que nos aprisionam, nos ferem e nos matam. “Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (HARAWAY, 1995, p.16).

A contemporaneidade exige mudanças acerca da sucatação de determinadas vidas humanas e da natureza. As visões do mundo (re)produzidas com lentes brancas, heterocisnormativas e neoliberais precisam se perguntar: “com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (HARAWAY, 1995, p.25). As populações não brancas buscam a manutenção e sobrevivência dos legados queimados e diminuídos pelos poderes dominantes. Conhecemos as cores dos corpos cujo sangue formou nossos olhos. As peças LGBTI+ têm no questionamento de sua própria existência e acesso a direitos básicos, trajetórias de muita luta anteriores à nossa vida. Poderia seguir com diversos outros exemplos de grupos

subalternizados por uma ideologia hegemônica, herança do processo colonizador do nosso continente, porém, finalizo com a importância da autorreflexão do espaço ocupado por sujeitos no campo social. Pensar o lugar de fala nos permite “refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2017, p.64). Essa é uma ferramenta impetuosa, contudo, tem suas limitações, por exemplo, o “lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar” (RIBEIRO, 2017, p.69). Os movimentos de formação e práticas cotidianas precisam ser revisitados e debatidos com o objetivo de engrandecer as táticas antirracistas, feministas, trazendo percepções novas e de lugares antes não vistos.

As salas de aulas universitárias não são tão brancas quanto no século passado, mas também não são tão negras quanto deveriam para ser representativas da nossa realidade social extramuros acadêmicos, como citamos anteriormente, os números de pessoas negras nas universidades obtiveram um grande crescimento na última década (COSTA, 2020). Os cronogramas já estão mudando, o espaço de direito e as leituras atentas de Franz Fanon, Lélia Gonzalez, bell hooks, tomam parte dos argumentos de centenas de estudantes, deixando docentes racistas, cada vez mais sem saída. Esse é um esforço empregado por pessoas negras que vieram antes de mim. Reconhecer os efeitos dessas grandes mentes torna-se um dever impulsionado por discentes do norte ao sul do Brasil. O conhecimento continua sendo nossa chave para a libertação. Pois não conhecer nossas realizações é uma artimanha colonial. Nossas histórias foram silenciadas, porém a resistência negra continuará representando sua ancestralidade e espírito de luta.

7. UMA SESSÃO DE CINEMA FEMINISTA

Espero a conclusão do último comentário da primeira rodada do curso, para então, com a mão titubeante erguida e o choro chegando na garganta começar a minha fala. A indignação e o esgotamento de ouvir todas aquelas abordagens tinham chegado no limite. Talvez o exemplo da negrinha atrevida descrita por Lélia me inspirou a acabar com aquela zona toda, gente branca falando de mim.

Saartjie Baartman é mais conhecida como a Vênus Negra ou Vênus Hotentote. Esse não é o seu nome real, “algo tão próprio como um nome lhe foi tirado e dado por estranhos” (FRAUSINO, 2015). Hotentote foi a denominação dada pelos colonizadores para o grupo étnico ao qual fazia parte. Para quem não é familiarizado com sua história, Baartman foi uma mulher negra nascida na África do Sul, no final do século XVIII e explorada por

negociadores europeus até o fim de sua vida. Retirada de sua terra natal com a suposta proposta de estrelar espetáculos na Europa, deixou para trás o trabalho com uma família de holandeses na qual era, provavelmente, escravizada (FRAUSINO, 2015). Perdeu sua mãe ainda quando era criança e seu pai faleceu quando era adolescente. Sua drástica história também é caracterizada pelo assassinato do seu companheiro pelos seus “empregadores” e a morte prematura do seu bebê (PARKINSON, 2016). No continente europeu, foi desumanizada através dos shows produzidos para as classes abastadas, os *freak shows*, instalações corriqueiras do século XIX, nas quais as atrações principais eram, sobretudo, corpos exotificados de grupos étnicos africanos. “Saartjie ficou conhecida por conta do tamanho das suas nádegas (e do tamanho dos lábios de sua vagina, este episódio porém se dará quando esta for minuciosamente “pesquisada” pelos anatomistas franceses) [...]” (FAUSTINO, 2015, p.30).

Na França e na Inglaterra, passou pela mão de carrascos que violaram o seu corpo colocando-o à exposição para o toque e ridicularização para assim ganharem dinheiro a suas custas. Essa prática era muito comum em vários países europeus, já marcados pelos processos genocidas colonizadores, tratavam seres humanos de forma atroz e impiedosa como fonte de entretenimento. Por essas condições percebemos as farsas construídas pela branquitude, “fantasias que não nos representam, mas sim o imaginário branco” (KILOMBA, 2010, p.175). No entanto, essa prática não está condicionada ao século XVIII e XIX. A intelectualidade europeia dispõe de dispositivos antigos e remasterizados para manter corpos negros e não brancos no campo da exotificação. Um exemplo disso, após a morte de Baartman, com apenas vinte e seis anos de idade, seu corpo ainda foi usado como alegoria pelos franceses. Depois de sua morte em 1815, “seu cérebro, esqueleto e órgãos sexuais continuaram sendo exibidos em um museu de Paris até 1974. Seus restos mortais só retornaram à África em 2002, após a França concordar com um pedido feito por Nelson Mandela” (PARKINSON, 2016, p.1). Mesmo com o pedido de Mandela realizado em 1994, demorou oito anos para devolução do corpo de Saartjie e, finalmente, o seu sepultamento, após cento e oitenta e sete anos. Sua trajetória é um dos exemplos gritantes das atrocidades cometidas e ainda em curso pelas ideologias europeias de supremacia.

Em um curso de curta duração sobre teoria feminista no meio científico, o último encontro seria protagonizado por um cine-debate. Iríamos todas³ assistir ao filme *Vênus*

³ O curso era aberto e gratuito para toda a comunidade, contudo, nenhum homem participou. O espaço foi organizado por um grupo de estudantes de distintas áreas da pós-graduação em Ciência Política, Antropologia e Sociologia da UFRGS. Frequentei o curso enquanto uma atividade extracurricular.

Negra (2010), dirigido por Abdellatif Kechiche, diretor franco-tunisiano. A produção foi premiada e reconhecida no seu país de origem, a França, por meio de uma nomeação em uma das maiores cerimônias de cinema do país, o prêmio César. A atriz principal, que interpreta Baartman, Yahima Torres, recebeu a indicação como atriz revelação. As duas horas e quarenta e dois minutos do filme mostram as sessões de tortura e objetificação enfrentadas por Saartjies Baartman de maneira romantizada e sádica. Me obrigaram por diversas vezes desviar o olhar da tela pelas atrocidades que eram ali expostas. A impressão de ser mais uma telespectadora de sua dor não acontecia apenas pela história trágica prenunciada, mas também pelas escolhas exotificantes do diretor. As cenas de assédio sexual e desumanidade eram retratadas com uma ambientação e trilha sonora apaziguadoras. Um convite para uma “reflexão” mesquinha, desprezível e confortável para os olhares europeus que assistiriam ao filme. Posteriormente, descobri que Kechiche também dirigiu o famoso Azul é a cor mais quente (2013). Um longa que diferente de Vênus Negra, recebeu uma onda expressiva de comentários negativos sobre a objetificação das cenas de sexo entre as personagens principais, encenações essas atuadas com desconforto e coação gerados pelo diretor, vocalizadas pelas próprias atrizes (JAGERNAUTH, 2013). Com os créditos finais exibindo o desfecho de sua história com o retorno do seu corpo para África do Sul, a única palavra que poderia definir minha sensação naquele momento era atordoada. A luz voltava a iluminar a sala e também minhas constatações de identificação imediata e direta com a personagem. As alegorias, as danças, a centralidade no espetáculo, as pessoas brancas ao redor eram representações vibrantes do Carnaval desenhado para televisão. A personagem com o corpo exposto, público e de acesso gerenciado pelos homens brancos era minha representação naquele filme, as mulheres brancas cúmplices e companheiras refletiam aquela maioria branca que estava comigo naquela exibição. Durante seus longos minutos, me perguntei, será que as mulheres daqui sabem que sua projeção na tela está naquelas mulheres europeias ou estão mais preocupadas em idealizar suas penas e “sororidades”⁴ por uma história de exploração? Minhas inquietações foram respondidas por falas rasas de uma branquitude que não se pensa como tal, que dificilmente se colocará no papel da vilã ou do vilão. Enquanto isso, os homens negros crescem com o estigma simbolizado nas produções audiovisuais de que “se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. E a mulher negra, naturalmente, é

⁴ Entendo por sororidade o termo utilizado, especialmente, em espaços feministas, para invocar uma ligação entre mulheres, uma suposta irmandade, estabelecida através da identidade de gênero.

cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (GONZALEZ, 1984, p.226). Ora, ninguém quer ser a vilã da história, por isso, a condolência racista e silenciadora toma conta dos discursos. Ao longo daqueles diálogos, me perturba de maneira severa não perceber nenhuma fala enfatizando qual seria a posição de si naquele longa-metragem. Porém, foi um comentário específico que me desestabilizou. Uma mulher descreveu uma cena na qual o algoz de Baartman toca em seu cabelo indicando o início de uma relação sexual, como uma possibilidade romântica naquele cenário, próximo de um carinho. Aquela foi a última gota. Não apenas por compreender a insensibilidade diante ao retrato menosprezante de tais ações pelo filme, mas também por me projetar naquela personagem e ouvir de uma mulher branca que aquilo seria carinho. Depois de toda violência, estupro e tortura agonizante assistidos, deveria extrair aquilo como uma forma de afeto, me conformar com uma interação grotesca como uma alternativa de cuidado? Não aceito! Não posso concordar com essa leitura. Ela põe em conformidade uma luta interna e externa por amor e afeto que nós, mulheres negras, somos privadas desde muito cedo. Que nossas avós, bisavós, tataravós também sofreram a partir de outras relações de poder implicadas

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor (hooks, 2000, p.189).

Mesmo com os obstáculos construídos diante à experimentação daquilo que chamamos de amor, não poderia me conformar com uma dramatização medíocre. Se a personagem fosse branca duvido que aquele gesto seria interpretado daquela forma. Aquele toque no seu cabelo objetificava seu corpo, ele tocava sua cabeça como se ela não fosse um ser humano digno de tal carícia, mas sim, como um animal exótico, o qual o tamanho da curiosidade foi suficiente para tocá-lo. Assim, as lembranças de todos os toques inapropriados de pessoas brancas no meu cabelo, agora com seus crespos à mostra e em crescimento, me fizeram sentir mais ainda naquela posição. A vida pessoal inunda minha fala de indignação. Será que todas minhas histórias descontínuas de relações pseudo românticas se dariam pela minha falta de dignidade para tal? Seguindo as explicações daquelas mulheres brancas, a resposta seria sim. Não concordo! Não posso aceitar essa ilustração. Quero e preciso acreditar que também mereço amor, cuidado, ser tratada como um ser que merece e demanda respeito na sua completude.

Espero a conclusão do último comentário da primeira rodada do curso, para então,

com a mão cambaleante erguida e o choro chegando na garganta, começar a minha fala. Me lembro de questionar como um curso com uma proposta feminista enxerga naquele filme nada mais do que uma ferramenta analítica. Aquele foi um dispositivo de dor e de trauma, seguido por uma insensibilidade monstruosa nos discursos posteriores. Lágrimas começam a escorrer no meu rosto como se também tentassem articular e acreditar naquelas colocações reivindicatórias. Eu merecia mais, aquela não poderia ser minha história única. As lágrimas são de sofrimento, são da constatação dos escritos de mulheres negras que apontam para essa tal sororidade branca artilosa e rasteira. Descobri naquele momento estradas que me levam para o centro de muito sofrimento, mas também encarei de frente como o feminismo branco hegemônico atua, com o nosso sofrimento como tela de fundo e palavras estruturadas na base de uma empatia de circulação neoliberal. Esse foi um golpe doloroso, recordado com muito pesar. Mas que me lembra, mais uma vez, para não me conformar com pouco, que o amor e a cura também são para mim, para nós.

Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso (hooks, 2000, p.188).

Ao comunicar essas vivências, acredito que seja possível construir novas redes que se (pre)ocupam com os atravessamentos e reflexos que tais sentimentos provocam nos corpos e na vida cotidiana.

8. UMA CARTA DE MOTIVAÇÃO

“[...]”⁵ Após o ensino fundamental tomei a decisão de fazer magistério, mesmo com receio no começo, descobri a profissão que queria seguir. No começo do magistério, com apenas catorze anos, tinha muitas incertezas se era adequada para essa profissão, por tamanha responsabilidade de ser professora. Mas ao decorrer dos anos e diariamente lembrando dos motivos por estar ali, no último dia de aula ao sermos perguntadas pela última vez o porquê de querer ser professora, não consegui segurar as lágrimas e disse: mesmo com todas as dificuldades e desvalorização que nossa profissão sofre por diversos setores da sociedade, eu realmente acredito em ser professora, em auxiliar outras pessoas a encontrarem o que gostam, descobrirem novidades e ser parte desse processo é muito grandioso, por isso que escolhi essa profissão e quero segui-la. Ao realizar meu estágio com uma turma do terceiro ano do ensino fundamental, o sentimento que tinha ao final de todas as aulas era de adquirir mais

⁵ O fragmento faz parte de uma carta de motivação enviada para um concurso, sendo assim, foi preferido não modificar ou corrigir os erros de português.

conhecimento, capital cultural, para poder ajudá-los cada vez mais. Esse foi um dos motivos por ter escolhido ciências sociais, acreditava que o curso iria possibilitar uma abertura de olhares sobre a sociedade que iria me auxiliar tanto nas relações com os alunos, quanto ser professora de sociologia, para ajudar a desenvolver esse olhar crítico sobre a sociedade e não apenas isso, mas valorizar as percepções, as vivências de cada aluno, eu sentia muita falta disso em outras matérias e a sociologia oferece esse espaço [...]

O ano de estudo para o vestibular foi bastante desgastante, como fiz o curso do magistério como técnico e médio, a partir do segundo ano, não tive mais disciplinas como biologia, geografia, história e no terceiro não tivemos química. As aulas que tivemos eram voltadas para as aulas do ensino fundamental, essas matérias eram dadas como didáticas, os conteúdos não eram os mesmo de um ensino médio regular, esse foi um choque bem grande ao fazer o cursinho. Mas isso não me desmotivou, me deu mais vontade de estudar e aprender todos os conteúdos que não pude ver nesses anos. Dedicava todos meus finais de semana aos estudos para o vestibular, e durante a semana para a realização dos trabalhos do magistério. No vestibular estava confiante nas horas que passei estudando o ano todo, e com isso consegui passar, Ciências Sociais - Licenciatura. Quanto mais lia sobre Ciências Sociais mais eu me apaixonava pelo curso. Me lembro de várias tardes em que passava apenas lendo sobre as cadeiras e imaginando como seriam meus colegas, professores, etc. No magistério, tínhamos aulas de sociologia, e em todas aulas tinha vontade de estar ali, lecionando sobre as temáticas.

Sempre tive o desejo de viajar e conhecer outras culturas e nos quase dois anos e meio de curso isso só aumentou. Me lembro quando estudava no meu município, no segundo andar da escola conseguia ver as estradas e os aviões, tudo que pensava era em um dia poder viajar, conhecer o mundo. Minha cidade é de proporções médias, mas que enfrenta muitas dificuldades, principalmente com a violência. Um dos analisadores possíveis, é a falta de espaços culturais. Nela não tem cinema, isso me marcou muito. Para assistir um filme novo, ir no teatro, quando era adolescente/criança, precisava ficar horas no ônibus e minha mãe não tinha tempo para me levar por causa do trabalho. Por isso, conhecia outras culturas, filmes, músicas, através da internet. Estar sempre nessa viagem intermunicipal, sempre está na minha mente conhecer outros lugares, outras línguas, etc. Isso me motivou a aprender inglês sozinha, minha mãe não tinha condições de pagar um cursinho de inglês para mim, a única coisa que ela podia fazer era comprar DVD's. Como gostava muito de musicais, tinha o dvd do "High School Musical", repetia ele várias vezes, com legenda em português e inglês me lembro que fiz isso em todas minhas férias de verão. Porém isso não foi suficiente para

aprender o idioma, depois com a chegada da internet discada via vários conteúdos que sempre quis ver, ler, conhecer, mas que sempre estavam em inglês ou em legendas em inglês. E isso me frustrava muito, por isso estudei mais e mesmo sem entender tudo assistia filmes e séries em inglês, com a música sempre presente. Até que com meus dezesseis anos já conseguia ler e não precisava mais de legendas. Saber inglês abre muitas portas de conhecimento cultural, minha curiosidade de conhecer outras vivências em países pôde ser realizado, mas apenas da sala de minha casa. Apesar de conseguir uma das coisas que sempre quis que era saber inglês, meu desejo é de conhecer, estar em outro espaço, conhecer outra cultura, estar presente naquele lugar, conhecer pessoas, trocar experiências, tradições, etc. Ao mesmo tempo em que procurava sobre as cadeiras do meu curso, eu procurava os editais de intercâmbio, e sempre falava para meus amigos que esse era um dos meus principais objetivos na universidade. Pois sem ela, isso seria muito difícil, demoraria anos. Desde então venho trabalhando, economizando dinheiro para quando essa oportunidade chegar eu ser capaz de realizá-la. Desde o magistério, trabalhei nas minhas férias em escolas de educação infantil, dei aulas particulares para vizinhas com dificuldades na leitura, e contava do meu sonho e o porquê estava em busca de guardar dinheiro. Naquela época a Universidade não era meu foco, pois nem conhecia ela como possível horizonte de novas possibilidades, porém sabia que usaria o dinheiro para um dia conseguir viajar [...]

[Sobre minha vida na faculdade] eu acredito que minha voz, como aluna negra, de classes populares, importa sim. Para questionar, para trazer vivências que antes eu não ouvia e por isso ficava tão desconfortável, pois aquele não parecia ser meu lugar.[...] precisamos torná-lo nosso. Tanto pelo papel que a ciência representa na sociedade quanto atores sociais.

[Sobre minha participação em um projeto de pesquisa] Um dos grandes analisadores da pesquisa é a questão do capital cultural, podemos observar diversas ausências de vivências de cultura. E nessa pesquisa me fez reviver aquele sentimento nas aulas, de querer melhorar também para ser uma professora melhor. Conhecer outros locais, países, lugares históricos isso aumenta muito.[...] Nessa oportunidade atual deste edital, acredito que poderei realizar o desejo de viajar de avião, conhecer outro país, estar na Europa.” (ARQUIVO DA AUTORA)

Muitos anos e vivências me separam dessa carta de motivação para um edital de intercâmbio da Universidade. Não ocupei a vaga que estava disputando. Através de outro edital consegui essa oportunidade. Pude de fato viajar de avião pela primeira vez, conhecer outros países e estar na Europa, mas as reflexões que surgiram daí estão muito distantes daquela pessoa que escrevia essa carta.

Essa foi uma carta produzida com algumas maquiagens da realidade, mas que ao

mesmo tempo é representativa de uma vontade e ambição que estavam presentes sem que conseguisse decifrar. Há alguns anos, estudei durante um semestre no curso de Sociologia em uma Universidade de Portugal. Minha primeira viagem de avião, já adulta, tinha o destino final em um local no outro lado do Oceano Atlântico. Em um continente cobijado e idealizado por muitas pessoas, inclusive por mim na época, como podemos observar pelo texto anterior. Os detalhes que aquela escritora da carta nem poderia imaginar é que nessa viagem descobriria muito mais sobre sua negritude e espaço no mundo do que qualquer filme lhe apresentara até então. Estar cercada por mulheres negras, brasileiras, angolanas e cabo-verdianas me possibilitou construir um círculo que me ajudou em momentos financeiros muito difíceis, suas presenças fizeram parte das partilhas sobre os racismos do cotidiano, mas também com as piadas e histórias de vida. Aprendi que ser mulher negra não heterossexual me inclui em uma união de vivências compartilhadas, não importa onde eu esteja, enquanto eu tiver mulheres negras ao meu redor estarei segura.

As constatações acadêmicas também estão em um novo âmbito. Perceber os desdobramentos e abrangência que os estudos científicos possuem no Brasil em comparação com Portugal foi surpreendente. Além da preocupação e busca pelo retrato da nossa história silenciada e apagada dos livros de história, ainda precisamos dominar os campos científicos europeus e estadunidenses. Enquanto lá, o alcance pareceu unidimensional. A visão do colonizador era a única apresentada, com alguns pequenos intervalos de uma suposta crítica desses efeitos, porém superficiais. Essas vivências me obrigaram a valorizar alguns segmentos de estudos e organizações brasileiros ainda mais, isto é, todo esforço de milhares de pessoas para realizar uma ciência comprometida, mas que no final é avaliada por métricas construídas por quem colonizou seu território. É como se o nosso valor científico fosse avaliado a partir dos parâmetros daqueles que há séculos estigmatizaram o continente Americano como inferior e incapaz, sem qualidades suficientes para combater os criadores do conhecimento legítimo. Minha curta estadia na Europa me abriu os olhos para perceber que essa falácia era um dos principais motivos para que as discussões, principalmente, na área das humanidades, carecessem de um viés crítico e autorreflexão difícil de encontrar lá. Provavelmente, porque muito precisam aprender com as resistências amefricanas, como diria Lélia Gonzalez.

9. MARIELLE FRANCO: FORÇA, VIDA E INSPIRAÇÃO

As experiências compartilhadas sobre os cotidianos como uma estudante negra de

Ciências Sociais fazem parte fundamental das práticas que abraço no cargo da docência. Segue, neste segmento, um exemplo de como as articulações críticas e um sentimento de empoderamento podem entrar em sala de aula e integrar o plano de ensino. Apresentamos que não se trata de uma tentativa de apagar os considerados autores clássicos, mas sim visibilizar, conjuntamente, outras narrativas que proporcionam interpretações de fenômenos sociais com rigor científico. Assim como presenciei questionamentos e diálogos transformadores nas salas de aula da UFRGS, tento construir com minhas turmas espaços de troca em que temas urgentes são abordados.

Poderia ter sido apenas mais um planejamento, mais uma aula como tantas outras, no entanto, o momento político e o acontecimento em questão não permitiram. Na primeira aula de Sociologia após o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, eram altas as expectativas para que houvesse uma conversa, durante os períodos da disciplina. Com a repercussão nacional e com a abordagem que a professora regente da turma assumiu nas semanas iniciais, dialogar sobre atualidades era algo recorrente. Como estagiária, depois de um aluno perguntar o momento em que iríamos falar sobre o acontecimento, a docente solicitou que esse fosse um tema abordado durante minhas aulas no decorrer do semestre.

No dia quinze de março de 2018, sou surpreendida por uma manchete que percorre todos os jornais e circula pelas redes sociais como textos e hashtags, repletos de dor e de indignação. Uma das vereadoras mais votadas pela cidade do Rio de Janeiro em 2016, Marielle Franco, 38 anos, mulher negra, cria da favela da Maré, filha de Marinete e Antonio Francisco da Silva Neto, mãe de Luyara, irmã de Anielle Franco, namorada e companheira de vida de Mônica Benício, estudante de cursinho popular, prounista, socióloga, mestra, professora (ESCOBAR, 2018) teve sua vida, brutalmente, aniquilada na noite anterior. O motorista do carro em que estava, Anderson Gomes, também foi assassinado. Não conhecia a trajetória de Marielle. Morando longe do centro do país, em uma localidade conhecida no território nacional pelas organizações fascistas e neonazistas, conseqüentemente, seu ativismo não era reconhecido na região. Contudo, isso mudou no dia em que seu nome se consagrou como um símbolo de luta e um grito por justiça em todo país. Mesmo sem conhecê-la, ao descobrir cada vez mais sua caminhada, naquele mesmo dia, senti em minha garganta o silenciamento que os mandantes desse crime procuravam. Desolação. Compartilhamos tantas características em comum, sua atuação era a minha representatividade, mesmo sem saber. Mais uma vez, é exibida a desumanidade pela qual as mulheres negras são tratadas nesse país. Na mesma semana, aconteceram manifestações na capital, busquei esse espaço como um refúgio, precisava sentir que não estava sozinha com aquele aperto no peito e

desesperança. Porém, as falas de representantes políticos brancos e brancas, esgotaram um corpo que estava cansado, que queria um abraço ou palavras de afago. Infelizmente, encontrei um evento político como qualquer outro, aquelas pessoas não sentiram ou sentem o que eu e milhões de mulheres negras sentiram com esse atentado.

Com uma ferida aberta e não resolvida, tinha uma nova tarefa, abordar em uma aula um acontecimento carregado de cicatrizes recentes. Logo, assumi esse dever como uma forma de ressignificar e transformar aquele vazio em conversas urgentes e necessárias. Assim como eu, tinha uma turma de mais de vinte estudantes que também poderiam não conhecer a história de Marielle Franco ou pior, terem as *fake news* criminosas como fonte. Depois do impacto inicial, o trabalho foi assumido por mim com estes objetivos: dialogar e curar.

Vivemos em um país politicamente e socialmente catastrófico. A instabilidade e sucateamento da ciência e educação são uma representação disso. Nos últimos anos, foram criados projetos como o “escola sem partido”, ameaçando, até mesmo com possibilidade de prisão, docentes que falassem sobre uma tal “ideologia de gênero”. Relevante salientar que o termo “ideologia de gênero” foi cunhado para desmerecer estudos feministas comprometidos na busca pela equidade social entre os diferentes gêneros, no trabalho, na educação, na saúde, etc. Nas discussões na mídia é possível observar que nada de gênero entendiam os defensores desses projetos. Apenas a palavra já causou diversas polêmicas nos últimos anos, por exemplo, na elaboração do Plano Nacional de Educação em 2014, em que sua caça desenfreada e estúpida gerou um apagamento nos diversos planos de educação do território nacional. Tratar de temas que nos últimos anos são expostos como polêmicos e antiquados por milhares, é um compromisso sério e inadiável. Por isso, o trabalho da professora em sala de aula assume outra importância. Para o processo de aprendizagem atribui-se um papel repaginado, de combate.

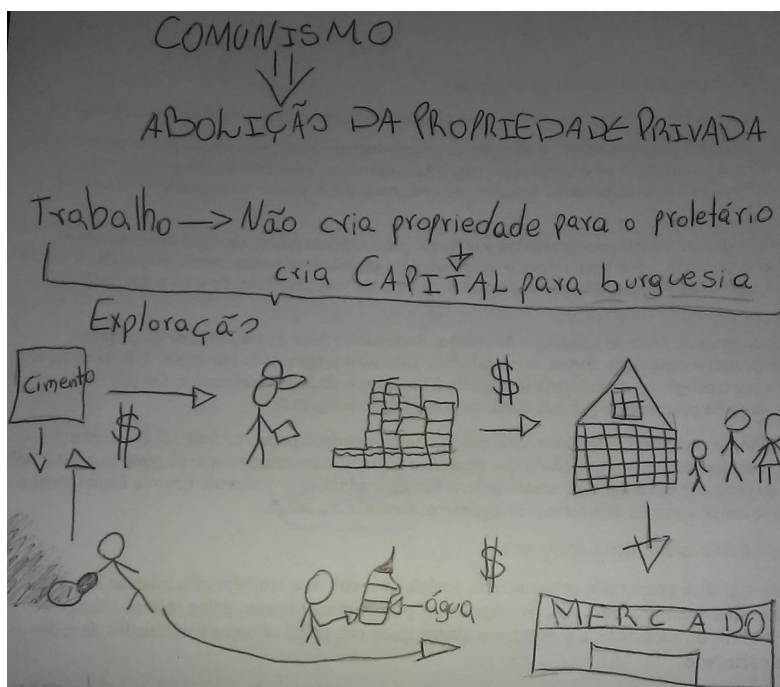
Marielle Franco e o que a sociologia tem a ver com isso? Esse foi o nome da atividade. Relacionar a história de vida de Marielle Franco com os fundamentos clássicos da Sociologia foi apresentado para a professora do estágio e obteve a sua aprovação para ser aplicada. Além do aporte das teorias de Émile Durkheim, selecionei marcadores imprescindíveis para criar esse plano de aula: raça, classe social, gênero, sexualidade e protagonismo.

A Sociologia compõe uma das três grandes áreas adotadas pela maioria dos currículos dos cursos de ciências sociais no Brasil. A Antropologia e a Ciência Política completam o trio. Criada por volta do século XIX, foi resultado das mudanças sociais e econômicas no continente europeu. Sendo a Revolução Francesa em 1789 e a Revolução Industrial na

Grã-Bretanha no final do século XVIII, os fomentos principais para a mudança nos modos de vida e na atenção de intelectuais para o mundo social (GIDDENS, 2008). Auguste Comte foi o responsável por nomear o que seria uma “física social” de Sociologia, uma ciência com as mesmas bases utilitárias das ciências naturais, integrando sua teoria de uma ciência positiva. Isto é, influenciada pela lógica do positivismo, pois ele “defende que a ciência deve preocupar-se apenas com factos observáveis que ressaltam directamente da experiência” (GIDDENS, 2008, p.7). Mesmo com um papel decisivo nas primeiras elaborações sobre o novo campo, a tríade clássica dos autores fundadores é composta por Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Livros, charges, pinturas são expostas com a junção dessas três grandes figuras e sua importância para o meio acadêmico. Dominar as principais teorias desses intelectuais era impulsionado, constantemente, por docentes do curso. Por isso, mesmo com ideias que buscam a descolonização do saber, precisamos ter como sombra uma legitimidade garantida pelos ícones supremos. Com isso, a proposta de produzir uma aula sobre a vida de Marielle e marcadores sociais da diferença a partir de um viés crítico, encontrou nos estudos de Durkheim uma ferramenta útil para iniciar as conversas. A confiança em articular tantas redes distintas foi feita com muitas dificuldades, medos e rascunhos espirituosos.

Ao longo de meus estudos, utilizava as anotações nos textos para dar vida a comentários e indagações particulares. Tais anotações foram parte estruturante da aula que fui capaz de planejar. No segundo semestre do curso já estava habituada a essa prática. Por exemplo, enquanto Marx e Engels anunciavam um espectro que rondava a Europa, o comunismo, meu entendimento era resumido da seguinte forma:

Figura 1: resumo desenhado



Fonte: produzida pela autora

Com traços poucos desenvolvidos e uma óbvia falta de aptidão para o desenho, minha trajetória acadêmica era permeada por figuras explicativas de conceitos complexos. Auxílios fiéis na compreensão dos emaranhados das desigualdades e profundezas das sociedades capitalistas. Através desse, interpreto o ciclo de exploração burguesa do trabalho. E nas palavras de Marx e Engels, encontro a descrição dos tijolos desse sistema que ainda irá sucumbir, pois para eles “a burguesia não forjou apenas as armas que lhe darão a morte; também engendrou os homens que empunharão essas armas: os operários modernos, os *proletários*” (MARX; ENGELS, 2002, p.33).

O amadurecimento das leituras me permite expandir tais colocações para posicionar as mulheres negras e não brancas na frente da revolução que irá destruir o sistema neoliberal, desumanizador, racista e heterocisnormativo. Angela Davis representa a mudança desse paradigma clássico criado na Europa ao afirmar “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo” (ALVES, 2017,p.1). É nessa premissa que confio e defendo com unhas e dentes, lápis e papel, planos de aula e giz. Posto isso, os deslocamentos tensionados por Marielle, ativista, filiada e eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), não seriam apagados.

Émile Durkheim (1858-1917), sociólogo francês, com uma influência direta de Comte, tem na sua conceituação de fatos sociais um elemento essencial para o

desenvolvimento da Sociologia. Para ele, fatos sociais devem ser tratados como coisas, isto é, “todo objeto do conhecimento que não é naturalmente penetrável à inteligência, tudo aquilo de que não podemos fazer uma noção adequada por um simples procedimento de análise mental [...]” (DURKHEIM, 2007, p. XVII). O autor explicita o fio condutor desse processo quando evidencia a necessidade de averiguar os “objetos do conhecimento” e legitima os fenômenos sociais com mais profundidade do que aparentam. Com isso, a aposta era articular como essas ideias poderiam conversar com os estudos científicos acerca das relações raciais, de classe, sexualidade, gênero e empoderamento, utilizando a biografia de Marielle como o mote principal. Um histórico com o uso de desenhos, esquemas explicativos e exposições incentivadas pela formação no curso normal deram luz a essa atividade. A ajuda de uma amiga com um talento para desenhar foi decisiva para o projeto sair do papel. A silhueta de Marielle Franco seria formada por meio da colagem fragmentada da figura, contendo em cada uma de suas partes um marcador social para debatermos e, no decorrer da exposição, sua história seria apresentada.

Figura 2 - Fragmento: classe



Fonte: produzida pela autora

Ao colar a primeira parte no quadro, conversamos sobre a origem de Marielle na favela da Maré e sobre como o campo social está delimitado pelas questões de classe, constantemente, desmerecidas no Brasil. Aprofundamos mais essa discussão com a colagem do próximo fragmento, por compreender que o fator racial estrutura a posição social (NASCIMENTO, 1978).

Figura 3 - Fragmentos: classe e raça



Fonte: produzida pela autora

Com o acréscimo das questões raciais, foi tensionada a relação intrínseca entre essas duas classificações. Para convidar a participação da turma, fiz a seguinte provocação: quem acredita que existe racismo no Brasil, levante a mão. Mesmo com uma ou duas manifestações mais lentas, a sala foi unânime e todas as mãos foram erguidas. Depois questionei: quem na turma é racista? Nenhuma mão foi levantada. Depois de observar os olhos arregalados e rostos repletos de indecisão, instiguei da seguinte forma: essa reação é um pouco discrepante, não acham? Logo, uma aluna começa a argumentar que o racismo é algo impregnado na nossa cultura e muitas vezes, sem perceber, ele é reproduzido no cotidiano.

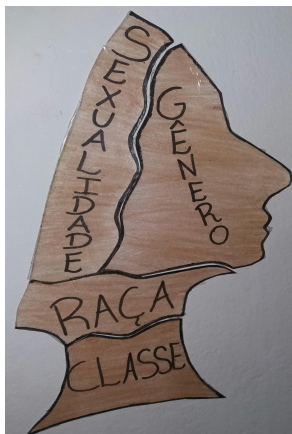
Figura 4 - Fragmentos: classe, raça e gênero



Fonte: produzida pela autora

Para discutir as relações de gênero no âmbito da Sociologia, as definições dessas determinações “compostas e definidas por relações sociais” (GUACIRA, 2000, p.11) e estruturadas pelas relações de poder são elementares. Desse modo, o atravessamento entre ser uma mulher negra no Brasil e ter sua vida exterminada expõe conflitualidades antigas. Para isso, diversas mulheres nos auxiliam a pensar como o que sentimos na pele não pode ser universalizado pelas narrativas brancas. Em uma convenção de 1851, no auge do movimento sufragista nos Estados Unidos, Sojourner Truth, mulher negra, ativista, ex-escravizada, proclama o consagrado apelo, *E eu não sou uma mulher?* Assim, rejeita as experiências que as mulheres brancas homogeneizaram como sendo as partilhadas por todas as mulheres, sem nenhum outro recorte.

Figura 5 - Fragmentos: classe, raça, gênero e sexualidade



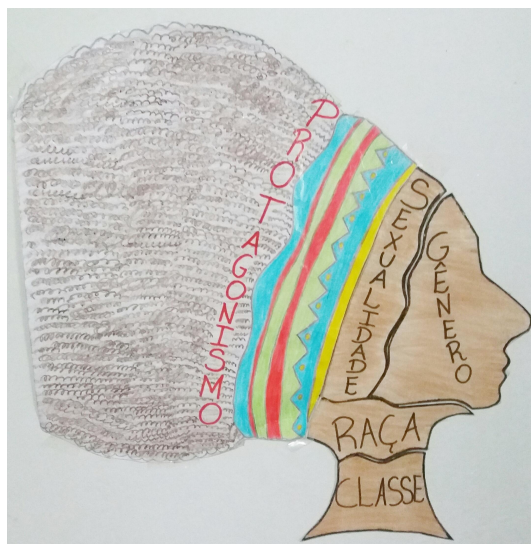
Fonte: produzida pela autora

Ao tratar da sexualidade, pontuei que Marielle era uma mulher negra de sexualidade dissidente que passou por dificuldades dentro de casa por ser bissexual (ESCOBAR, 2018). Companheira de vida de Mônica Benício, sua posição no meio político representava um encorajamento e defesa ativa dos direitos LGBTI+ não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo país. As taxas nacionais de mortalidade dessa população são alarmantes. Em média, uma pessoa LGBTI+ morre a cada 23 horas (SOUZA; ARCOVERDE, 2019). Estudos mais recentes, mesmo com suas limitações de material e acesso a dados, exibem o crescimento dos casos de lesbocídio

Consultando a bibliografia de referência sobre o tema de assassinatos de LGBT+s no Brasil e no mundo, identificamos que os números de violência contra as lésbicas crescem a cada ano. Em 1983, o Grupo Gay da Bahia - GGB, notificou apenas 1 caso de lesbocídio no Brasil, já em 2017, segundo nossas pesquisas, os registros noticiados em mídias (redes sociais e outras mídias digitais) chegaram a 54 casos. (PERES; SOARES; DIAS; 2018, p.12)

A exclusão e a não abordagem dos temas sobre sexualidade e identidade de gênero de forma não estigmatizante na escola e nas áreas da saúde exibem a cumplicidade de poderes políticos na morte de milhares de pessoas. Uma das formas de combater o ódio, a desumanidade e a intolerância surge do confronto direto das concepções que não hierarquizam e excluem os marcadores sociais da diferença. Pois as “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra - é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 2006, p.351).

Figura 6 - Fragmentos: classe, raça, gênero, sexualidade e protagonismo



Fonte: produzida pela autora

O último fragmento de sua silhueta era formado pela palavra “protagonismo”. Portanto, fui capaz de tratar das implicações individuais e coletivas que o meio social configura na vida de cada sujeito. Esses elementos também são essenciais para entender as obras de Émile Durkheim e a importância da Sociologia para o campo científico. Os olhares da turma quando a silhueta se completou no quadro foram muito gratificantes, pareceu que a surpresa final tinha conquistado a confiança em um trabalho conjunto que iria se estender por todo um semestre. No final da aula, foi possível assistirmos ao vídeo do seu último pronunciamento na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (MÍDIA LIVRE, 2018). A fala firme de Marielle e as interrupções que sofreu no seu discurso no Dia Internacional da Mulher mobilizaram a atenção e angariaram o seu reconhecimento.

Os estudos interseccionais também foram uma base fundamental para essa apresentação. A interseccionalidade a todo momento era explicitada entre cada um dos marcadores. Esse conceito criado dentro dos avanços do feminismo negro e denominado pela intelectual Kimberlé Crenshaw, é uma proposta teórica-metodológica potente e urgente. Com isso, propõe a “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado [...]” (AKOTIRENE, 2018, p.14).

A história de vida de Marielle Franco evidencia essas relações que ainda são subjugadas. A indissociabilidade dos marcadores sociais de nossas jornadas pessoais e profissionais não pode ser ignorada, pois silenciá-la causa danos irreversíveis e renova os sistemas de opressão.

Como organizadora dessa atividade, diversas emoções emergiram. Principalmente, em relação à saúde mental docente e o racismo enfrentado no cotidiano escolar. Abordar esse

acontecimento que desestabilizou milhares de pessoas negras, com o dever de ser objetiva e não demonstrar emoções foi uma tarefa complexa e dolorosa. Com isso, surgiu a pergunta: como educadoras/es negras/os lidam com seus sentimentos em relação ao racismo na escola? A separação entre mente e o corpo é explorada por bell hooks como uma herança colonizadora. “Chamar a atenção para o corpo é trair o legado de repressão e de negação que nos tem sido passado por antecessores na profissão docente, os quais têm sido, geralmente, brancos e homens” (hooks, 2000, p.115). A partir disso, surgem questionamentos sobre o espaço das emoções nesse local e como a identidade docente, muitas vezes, através da promessa de objetividade, acaba por silenciar uma humanização da docência. Será que esse espaço pode existir? Essa questão continua sem uma resposta exata, por isso, refletir sobre o corpo, racismo e emoções presentes ao trabalhar com estudantes também perpassa as discussões contemporâneas sobre saúde mental e do lugar de fala. É importante salientar o peso de ocupar essa posição, principalmente, como professora negra com uma sexualidade dissidente.

As emoções não ficaram limitadas pela etapa de produção e exposição da aula. Depois da primeira realização dessa atividade, a vontade em continuar os debates e repeti-la era inquietante. Portanto, vislumbrei nos eventos acadêmicos as oportunidades de compartilhar e complexificar aquelas vivências. Pude assim, alcançar voos nunca antes sonhados, por meio dos auxílios financeiros, disponibilizados pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), destinados a viagens por motivos de participação ou apresentação em congressos, seminários e encontros acadêmicos para estudantes regularmente cadastrados com os benefícios de quem possui baixa renda, ou seja, vulnerabilidade econômica. Destaco dois eventos que provocaram uma combustão de sensações.

O primeiro deles foi em uma conferência internacional, a 8ª Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales (CLACSO), em 2018. Uma verdadeira Copa do Mundo das Ciências Sociais e Humanas, com milhares de participantes e dezenas de organizações preocupadas com as transformações radicais no nosso território, realizada em Buenos Aires. Mesmo em um evento desse porte, o racismo imbricado nas veias da América Latina e Caribe foram traduzidos na distribuição das apresentações iniciais. Por exemplo, na escolha majoritária e esmagadora de palestrantes brancas e brancos nos palcos principais. No entanto, em momentos de menor escala, presenciei elaborações compromissadas com o desmantelamento das correntes racistas e sexistas permeadas na educação, nas instituições de segurança, na cultura e na saúde. No grupo de trabalho (GT) designado para minha apresentação, *Racismo y Afrolatinidad*, a emoção de estar ali, presente em outro país, em

território argentino, com um trabalho que me traz tanto orgulho, falando sobre a trajetória de Marielle Franco, trouxe uma satisfação avassaladora. No meu momento de apresentar, as mãos estremeciam, a garganta parecia vencida pela emoção, porém a fala estava lá. Meu corpo e minha voz se faziam presentes em um dos maiores eventos da área no mundo. Com o auxílio primordial de uma Instituição pública, que ao mesmo tempo em que abriga, também expulsa centenas como eu, para falar da história de uma mulher revolucionária, cuja vida foi exterminada com o propósito de calar e encerrar suas discussões. No entanto, estava ali, contribuindo minimamente para que sua trajetória e reivindicações não cessassem. Logo eu, que cheguei a acreditar que não conseguiria ocupar uma vaga no Ensino Superior, estava em outro país divulgando meu trabalho, com pessoas engajadas e ativistas. Eu era a única mulher brasileira no grupo de apresentações, um colega brasileiro e exposicionistas do Uruguai, Colômbia e Argentina também fizeram parte da tarde de trocas. No final da minha emocionada apresentação, uma das mulheres presentes, após compartilhar palavras de incentivo e encorajamento, me presenteou com uma figura de Marielle que guardo até hoje. Um período curto de grande amadurecimento, em uma cidade que respira sua história ditatorial militar e que reflete um racismo cristalizado.

Um encontro nacional sobre o ensino de Sociologia tem suas singularidades nessa caminhada. Apresentei esse projeto no VI Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB). Já estava nos últimos meses da graduação, em 2019. Agora com um certificado de graduação em uma universidade federal, os sentimentos inquietantes do encerramento desse ciclo tão significativo e as incertezas, geradas pela instabilidade da inserção no mercado de trabalho, consumiam meus pensamentos. Uma das instruções para participação no evento era enviar um texto completo sobre a sua proposta. Depois de pronto, pessoas próximas sugeriram a publicação em uma revista acadêmica, no lugar de enviá-lo para os anais do encontro. No entanto, essa sugestão aumentou o desejo de compartilhar entre pares do ensino de Sociologia essa experiência, de poder dividir meu apreço e defesa a uma disciplina que sofre ataques habituais pelo governo federal. Ter a profissão diminuída pela representação máxima do país em uma rede social suscitou mais ainda a sua importância. Para o presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, respeitar o dinheiro do contribuinte representaria o corte em investimentos nas faculdades de Filosofia e Sociologia. O próprio indica que a leitura, a escrita e o fazer contas deveriam ser a prioridade (MAIA, 2019). Ora, presenciamos a ética dos primórdios de um sistema de ensino burguês e colonizador. Mais de três séculos separam a lógica arcaica do presidente da república da fundação dos sistemas de ensino para as grandes populações. A preocupação de Bolsonaro está centrada na manutenção

das divisões raciais e, portanto, das hierarquias sociais brasileiras. Para ele, as crianças advindas de lares de baixa renda devem se preocupar com um emprego e renda mísera para sobrevivência. Escolas privadas permanecem com o oferecimento de dezenas de tarefas extracurriculares, com suas horas inabaláveis para o estudo das humanidades para assim seguir formando as supostas novas mentes intelectuais do Brasil. Para o presidente eleito com quase 58 milhões de votos em um dos países mais desiguais do mundo, seu lema subjacente é continuar assim. Que o genocídio da população negra, que os direitos dos povos indígenas, o aumento assustador dos índices de feminicídio e LGBTIfobia sejam silenciados por um emaranhado de histórias distorcidas e distópicas compartilhadas através de memes e áudios no whatsapp na velocidade de um piscar de olhar. A onda fascista que assola nosso país possui na sua eleição o ápice do retrocesso e extermínio declarados. Tendo seu alcance imensurável em cada vida que perdemos por falta de assistência médica em uma das maiores pandemias da história recente, provocada pelo Covid-19. As vidas negras exterminadas pela polícia, pela fome, pela falta de abrigo e os territórios indígenas que formam as raízes das vidas de centenas de povos não são valorizados pelo poder executivo, pelo contrário, são perseguidos. Mas para essas populações as contas e a junção das palavras “deve ser mais do que suficiente”. Drasticamente, um destino para elas está traçado por um representante federal desumano e cruel. Sendo assim, seria no mínimo curioso o medo que a Sociologia provoca nessas lideranças, uma disciplina oferecida, majoritariamente, com um período de aula por semana. Podemos encontrar na sua base democrática algumas das principais razões, porque como “filhas da democracia, as ciências sociais – obviamente mal vistas pelos regimes conservadores e erradicadas pelos regimes ditatoriais – servem (à) democracia e são preocupantes” (LAHIRE, 2014, p.50). Elas inquietam e assustam as ondas reacionárias.

São esses fatos mencionados por Bernard Lahire, os motivos pelos quais a disciplina iria ao menos barrar o fluxo limitante das ordens de ler, escrever e contar. Seu ataque é iminente em tempos de ignorância. Por isso, estar naquele evento, com docentes que também acreditam no seu potencial era uma forma de revigorar minha energia em momentos desoladores. O que nenhum envio sistemático para alguma revista iria oferecer.

Em uma tarde congelante de julho, no GT designado para as temáticas relativas às discussões sobre gênero, fui a penúltima a apresentar. Trabalhos revigorantes de todas as partes do Brasil foram acumulando a felicidade e satisfação por ter aquela oportunidade. Na minha vez, a emoção novamente tomou conta e minha garganta titubeava próximo do fim. Principalmente, por ter aquela como a última exposição do trabalho que já tinha me levado tão longe, porque compreendo a necessidade de criar novos projetos que mobilizem e

traduzam a representatividade da resistência encontrada nesse. Minha última apresentação como graduanda preencheu meu rosto com lágrimas de alegria e soluços de contentamento. Consegui ali, pela última vez, presencialmente, expressar o quanto a história de Marielle Franco é importante para mim. Por causa dela fui retratada no campo político do meu país, algo tristemente raro. Por causa dela as pautas que atravessam meu corpo estavam sendo argumentadas. Pela sua influência, tomei a interseccionalidade e a história de vida, que também percorrem minhas veias, para confrontar e desconstruir um meio de disputas de conhecimento criado pelos homens brancos europeus que ergueram os muros científicos por meio das histórias e violações de centenas de comunidades não brancas. Assim como Marielle escolheu seu campo de batalhas, também escolho e pavimento o meu. Audre Lorde demonstra que ensinamos na forma que sentimos, vivemos e compartilhamos nossos sentimentos (LORDE, 2009). Sendo assim, seguirei contando e construindo quem eu sou, mulher negra, fazendo ciência, Sociologia, sendo professora com uma sexualidade dissidente, estudante, filha, amiga, irmã, escritora, sarcástica, apressada, entre tantas outras características.

10. PARA NÃO FINALIZAR

Se tivermos medo de nos enganar, de errar, se estivermos a nos avaliar constantemente, nunca transformaremos a academia num lugar culturalmente diverso, onde tanto os acadêmicos quanto aquilo que eles estudam abarquem todas as dimensões dessa diferença (hooks, 2013, p.49).

Foram as leituras, as escritas e as memórias felizes e dolorosas que construíram esse trabalho. Um desgaste emocional e físico moldou a promessa ambiciosa do início, tal como minha trajetória acadêmica. Esse foi um ensaio escreviente que superou suas premissas reflexivas, me emocionei, pensei em desistir, tive dores de cabeça, mas na base de muita água e companhias à distância e perto mantive acesa a chama do desafio. Acompanhada também por muitos cadernos, polígrafos, livros e fichamentos, produzi um texto que se apresenta para o mundo como uma tentativa, uma jogada arriscada de evidenciar as próprias experiências como produção de conhecimento, já que, sem elas não seríamos capazes de pensar e refletir sobre si. Quero que essa provocação sirva como um humilde exemplo da transformação e das urgências que o meio acadêmico necessita. Sendo um dos principais elementos, garantir a voz e a criatividade das pessoas negras e não brancas dentro desse espaço para modificar e não mais excluir e inferiorizar inúmeras vivências que teriam tanto a acrescentar e transformar.

Não finalizo, mas exponho nas últimas palavras deste trabalho uma voz inconfundível, a de Elza Soares, conhecida por declamar as injustiças e reivindicar mudanças.

Na cerimônia de conclusão da graduação em Licenciatura, em um Salão de Atos lotado, com uma iluminação poderosa, repleto de familiares e amizades significativas, me tornei a primeira da família a se formar em uma instituição do Ensino Superior pública. As mãos tremiam, mas estava confiante que na hora do chamado não iria tropeçar, pois estava segura calçando meu par de tênis *all stars* vermelho. Tomo mais um gole de água de um copo descartável escondido embaixo da cadeira, o coração começa a bater cada vez mais forte, até que ouço meu nome e o seguinte canto me apresenta para plateia

*Mil nações moldaram minha cara
Minha voz uso pra dizer o que se cala
O meu país é meu lugar de fala*
(Elza Soares, 2018)

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo da história única. **TEDGlobal 2009**. Disponível em https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt Acesso em: 14 de jun. 2020.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento - Justificando, 2018.

ALVES, Alê. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. **El país**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html Acesso em: 14 de jun. 2020.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. - Ed. especial. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BARBOSA, Francisco. Mulheres negras são as mais afetadas pelas condições impostas pela pandemia. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/28/mulheres-negras-sao-as-mais-afetadas-pelas-condicoes-impostas-pela-pandemia> Acesso em: 14 abr. 2021.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo** - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Iray Carone,

Maria Aparecida Silva Bento (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2002.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p.143.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 14 jun. 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista Padê: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 31-50, 2007. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/144>. Acesso em: 22 set. 2020.

CARVALHO, Marco Antônio. 75% das vítimas de homicídio no país são negras aponta atlas da violência. **Estadão**. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,75-das-vitimas-de-homicidio-no-pais-sao-negras-a-ponta-atlas-da-violencia,70002856665> Acesso em: 14 jun. 2020.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

COSTA, Gilberto. Cresce total de negros em universidades, mas acesso é desigual. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/cresce-total-de-negros-em-universidades-mas-acesso-e-desigual> Acesso em: 3 maio. 2021

CURIEL, Ochy. Género, raza, sexualidad debates contemporáneos. **Intervenciones en estudios culturales**, vol. 3, núm. 4, Enero-Junio, p. 41-61, 2017.

DAVIS, Angela; KLEIN, Naomi. **Construindo movimentos: uma conversa em tempos de pandemia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEISTER, Jaqueline. Bolsonaro é condenado a pagar R\$ 150 mil por declarações racistas e homofóbicas. **Geledés**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/bolsonaro-e-condenado-a-pagar-r-150-mil-por-declaracoes-racistas-e-homofobicas/> Acesso em: 13 abr. 2021.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. -3ª.ed.- São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ESCOBAR, Geanine. Marielle, presente! Hoje e sempre. **Dezanove**, 2018. Disponível em: <https://dezanove.pt/marielle-presente-hoje-e-sempr-1168931>>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 201-222.

FRAUSINO, Sabrina dos Santos. **Saartjie Baartman entre a hipersexualização e as teorias sociais**: a criação de uma Vênus negra no século XIX. 2018. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia** (6.a Edição.). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios; Márcia Lima (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro**, nº. 92/93 (jan./jun.). p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Luiz Antônio Silva (Org.). **Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos**. Brasília: Anpocs (Ciência Sociais Hoje, 2), 1983, p. 223-244.

GULLINO, Daniel. 'Chega de frescura, de mimimi. Vão ficar chorando até quando?', diz Bolsonaro sobre pandemia. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/chega-de-frescura-de-mimimi-va-ficar-chorando-ate-quando-diz-bolsonaro-sobre-pandemia-1-24909333> Acesso em: 28 mar. 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

hooks, bell. Eros, erotismo e o processo pedagógico. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade (org.). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

hooks, bell. Vivendo de amor. IN: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (org.). **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro - Pallas: Criola, 2000.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. - 2 ed. - São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JANERNAUTH, Kevin. 'Blue Is The Warmest Colour': Lea Seydoux Felt Like A "Prostitute," Director Says Sex Scenes Didn't Go Far Enough. **Indiewire**. Disponível em: <https://www.indiewire.com/2013/10/blue-is-the-warmest-colour-lea-seydoux-felt-like-a-prostitute-director-says-sex-scenes-didnt-go-far-enough-92893/> Acesso em: 14 de jun. 2020.

KILOMBA, Grada. A máscara. **Caderno de Literatura em Tradução**, v. 16, p. 171-180, 2016.

LAHIRE, B. “Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de Sociologia?” In: GONÇALVES, D. N. (Org.). **Sociologia e juventude no ensino médio: formação, PIBID e outras experiências**. Campinas: Pontes Editores. (pp. 15-30), 2014.

LEITE, Viviani Cavalcante de Oliveira; NOLASCO, Edgar César. Escrevivências do corpo (política) fronteiriço: uma teorização conceitual. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 7, 2021.

LENINE, Vladimir Ilich. O imperialismo, fase superior do capitalismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 4, n. 1, p. 144-224, jun. 2012.

LORDE, Audre. **I am your sister: collected and unpublished writings of Audre Lorde**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LOURO, G.L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MAIA, Dhiego. Bolsonaro propõe reduzir verba para cursos de sociologia e filosofia no país. **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bolsonaro-propoe-reduzir-verba-para-curso-s-de-sociologia-e-filosofia-no-pais.shtml> Acesso em: 14 de jun. 2020.

MARX, Karl; Friedrich Engels. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2002. 132p.

MÍDIA LIVRE. **Último pronunciamento de Marielle Franco antes de ser executada no Rio de Janeiro**. Youtube, 15 de mar. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Da7dqCqEJmA> Acesso em: 21 de mar. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad: Renata Santini. São Paulo: n.1 edições, 2018.

MC MARCINHO. **Rap do Silva**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mc-marcinho/295798/> Acesso em: 12 jun. 2020.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. – Belo Horizonte : Mazza Edições, 2007. 320 p.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PARKINSON, Justin. Sarah Baartman: a chocante história da africana que virou atração de circo. **BBC**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110_mulher_circo_africa_lab Acesso em: 14 de jun. 2020.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil : de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADio-no-Brasil.pdf> Acesso em: 14 jun. 2020.

PRUDENTE, Eunice. Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra. **Jornal da USP.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/> Acesso em: 3 maio. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

SILVA, Fabiana Carneiro da. EscreVivência na prática pedagógica. **Remate de Males**, v. 40, n. 1, p. 105-119, 2020.

SOARES, Elza. **O que se cala.** Rio de Janeiro: Deckdisc, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5ypEw_9BFfQ Acesso em: 14 de jun. 2020.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Revista Psicologia Política**, v. 17, n. 39, p. 203-219, 2017.

SOUSA, Viviane; ARCOVERDE, Léo. Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas, aponta entidade LGBT. **G1.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml> Acesso em: 14 de jun. 2020.

YORK, Sara Wagner/GONÇALVES Jr, Sara Wagner Pimenta. No Mar dos Abandonos: suspiro entre a teoria e prática queer. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 1, n. 1, p.79-90, 2018. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/download/9074/6179> Acesso em: 20 out. 2020.